



# PADECUME

A publicação de atualização dos diplomados da ECUME

Publicação semestral | Nº 02/2024



## 80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FEB NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

(Escola Marechal Castello Branco)

v. 20 n. 33 - 02/2024

# PADEC EME

02/2024  
Rio de Janeiro



ISSN 1677-1885

**O PADEC EME é uma publicação semestral da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.**

**Endereço e Contato**

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. - CEP: 22290-270.  
Tel: (21) 2519-5370

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

**Comandante da ECEME**

**Gen Bda MARIO EDUARDO MOURA SASSONE**

**Editor**

**Maj CARLOS EDUARDO DA SILVA LOURENÇO**

**Comissão Editorial**

**Cel ROGÉRIO ARRIAGA MUXFELDT**

**Cel R/1 NEWTON CLEO BOCHI LUZ**

**Cel R/1 RAPHAEL MOREIRA DO NASCIMENTO**

**Cel R/1 FLÁVIO ROBERTO BEZERRA MORGADO**

**Cel R/1 RENATO VAZ**

**Maj WAGNER DE MATOS SALUSTRIANO**

**Diagramador e Designer Gráfico**

**Maj CARLOS EDUARDO DA SILVA LOURENÇO**

**Propriedade Intelectual**

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

**Editoração**

Liute Cristian - Clube do Design

**Impressão**

Teixeira Impressão Digital e Soluções Gráficas

**Design gráfico da capa**

Sd **DIMITRIUS CAIO VESPASIANO**

**Tiragem**

200 exemplares (Distribuição Gratuita)

Disponível também em:<<http://www.ebvistas.eb.mil.br/PADEC EME>>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):**

P123 PADEC EME. — N. 01- . — Rio de Janeiro:  
ECEME, 2002-. v. : il.; 23 cm.

Semestral

Publicada dos n.1-14 com o título PADEC EME entre os anos de 2002 e 2007, volta a ser publicada com o mesmo título em 2015, dando sequência a sua numeração. ISSN : 1677-1885

1.DOUTRINA MILITAR. 2. DEFESA. I. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).

# EDITORIAL

Caros leitores,

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército se regozija em celebrar, por meio desta edição, o início das operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no Teatro de Operações (TO) europeu, durante a Segunda Guerra Mundial (2<sup>a</sup> GM). Tal feito pode ser considerado um marco da história nacional que até hoje reverbera em nossa Força Terrestre, trazendo à memória os exemplos de heroísmo e determinação daqueles que combateram em defesa dos preceitos mais caros de liberdade e democracia.

Inicialmente, o texto de abertura desta edição explora os acontecimentos políticos e diplomáticos que antecederam a entrada do Brasil na 2<sup>a</sup> GM, bem como, por conseguinte, o envio de tropas para combater em solo italiano com o emprego da FEB. O artigo também ressalta que, a despeito do povo brasileiro possuir um *ethos* pacífico, ele não se eximiu ao chamado para empregar a força das armas, a fim de defender sua soberania então ameaçada.

Os dois artigos seguintes abordam, de maneira complementar, as adaptações enfrentadas pela infantaria da FEB ocasionadas pelas mudanças doutrinárias da época, em virtude da adoção dos preceitos norte-americanos que substituíram a doutrina militar francesa vigente no Exército Brasileiro à época. Ainda, apresentam o “batismo de fogo” do soldado brasileiro, demonstrando seu valor frente às agruras enfrentadas, não só nos combates contra os alemães, como também as impostas pelo clima e topografia italiana.

Nesse contexto, o artigo subsequente traz à luz as adversidades enfrentadas pela Força Expedicionária Brasileira para mobilizar, selecionar e capacitar o pessoal que seria empregado no esforço de guerra em território europeu, as quais se manifestaram devido, principalmente, à magnitude territorial do país e às dificuldades decorrentes de um Brasil majoritariamente rural e pouco desenvolvido economicamente. Entretanto, o valor do soldado brasileiro se fez presente e sobrepujou tais obstáculos, fazendo com que a FEB fosse coroada de êxitos durante a campanha da Itália.

O artigo seguinte evidencia as transformações ocorridas pela Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro, principalmente em razão da adoção da doutrina militar e materiais norte-americanos, e como tais modificações fizeram com que a flexibilidade, a adaptabilidade, a rapidez e a precisão se converteram em pilares de sua atuação no TO italiano, sendo motivo de orgulho para os Aliados e de temor para o invasor germânico.

Por fim, o último artigo aborda o emprego e a atuação da Arma de Cavalaria da FEB, e os primórdios da motomecanização do Exército Brasileiro para a atuação na 2<sup>a</sup> GM, em particular do 1º Esquadrão de Reconhecimento, trazendo ao leitor a relevância dessa fração para o sucesso brasileiro em solo italiano.

Dessa forma, passados oitenta anos, as conquistas e o legado da Força Expedicionária Brasileira em território europeu continuam vívidos, não só para o Exército Brasileiro, como também para o país, principalmente porque essa epopeia brasileira foi erigida e amalgamada com a abnegação e o sacrifício daqueles que, indiscutivelmente, são dignos de estarem no panteão dos heróis da Pátria.

Sendo assim, apresento meus efusivos agradecimentos aos autores, os quais contribuíram com este PADECEME e cujos escritos enalteceram a história, os valores e as tradições castrenses. De igual forma, convido os oficiais que passaram pela Escola Marechal Castello Branco a compartilharem suas experiências com este Programa de Atualização dos Diplomados da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Uma boa leitura a todos!

**General de Brigada Mario Eduardo Moura Sassone**  
**Comandante da ECEME**

FEB

HERÓIS SEMPRE  
LEMBRADOS



80  
BRASIL  
80  
ANOS



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Nós os Desafiamos, Mesmo Válidos

---

# SUMÁRIO

---

## A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NA CAMPAHNA DA ITÁLIA: MISSÃO CUMPRIDA!

7-21

Gen Ex R/1 VIRGÍLIO RIBEIRO MUXFELDT

---

## O “BATISMO DE FOGO” DA INFANTARIA BRASILEIRA NA CAMPAHNA DA ITÁLIA

23-34

Gen Div R/1 ÉDSOON SKORA ROSTY

---

## A ADOÇÃO DA DOCTRINA AMERICANA PELA INFANTARIA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

36-52

Cel R/1 FERNANDO VELÓZO GOMES PEDROSA

---

## FORMANDO A TROPA EXPEDICIONÁRIA: O DESAFIO DA GUERRA MODERNA PARA O BRASIL DOS ANOS 40

54-61

CESAR CAMPANI MAXIMIANO

---

## ARTILHARIA EXPEDICIONÁRIA: A TRANSIÇÃO DOCTRINÁRIA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA PARA A EXPERIÊNCIA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

63-80

Cel R/1 CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ

---

## O 1º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB) NA II GUERRA MUNDIAL

82-95

Cel ROGÉRIO ARRIAGA MUXFELDT



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
BRASIL

ANOS

Comandante da 1ª Divisão  
de Infantaria Expedicionária  
da FEB - Marechal  
João Batista  
MASCARENHAS DE MORAIS

HERÓIS SEMPRE  
LEMBRADOS

FEB  
FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA  
FEB

---

# A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NA CAMPANHA DA ITÁLIA: MISSÃO CUMPRIDA!

Gen Ex R/1 VIRGÍLIO RIBEIRO MUXFELDT<sup>1</sup>

## 1. O EXÉRCITO APÓS A GUERRA DO PARAGUAI

Quando da eclosão da II Guerra Mundial, que teve início em 1939, o Exército Brasileiro encontrava-se defasado em termos de organização, meios e preparo para interagir nos cenários surgidos na Europa e na Ásia.

O último conflito externo enfrentado pelo país, a Guerra do Paraguai, teve seu término em 8 de abril de 1870. Convém registrar que no início desse conflito, em outubro de 1864, o Exército Imperial contava com um efetivo de cerca de 35 mil homens, para enfrentar 80 mil combatentes do exército de Solano Lopes, exigindo um enorme esforço de mobilização para, após cinco anos de árduos combates, sagrar-se vitorioso nessa sangrenta contenda.

Nos anos que se seguiram a essa guerra, o Exército Brasileiro só foi chamado para intervir em conflitos internos, como a Revolta da Armada (1891), a Revolução Federalista Riograndense (1893), as Campanhas de Canudos (1897) e Contestado (1912), as Revoltas Tenentistas (1922 e 1924), a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de São Paulo (1932) e a Intentona Comunista (1935).

Durante esse largo período, mais de sessenta anos, o Exército passou por tímidas reorganizações e atualizações em termos de armamento e preparo de seus quadros, com destaque para a compra, entre 1908 e 1919, de fuzis Mauser, metralhadoras Madsen, canhões e obuseiros de 75 e 105 mm, carros de combate (*Re-*

---

<sup>1</sup> O autor é General de Exército reformado, oriundo da Arma de Cavalaria da turma de 1961, da AMAN.

naul FT 17) e aviões italianos e franceses, e a atuação, por 20 anos, da Missão Militar Francesa de Instrução (1920-1940). Quartéis modernos e funcionais foram construídos por todo o Brasil durante o governo Epitácio Pessoa (1919-1922).

Mas o prosseguimento da crônica insuficiência de recursos destinados às Forças Armadas brasileiras resultou, como na Guerra do Paraguai, que o país não tivesse forças adestradas e prontas para reagir, à altura, quando sua soberania foi violada por submarinos alemães e italianos em 1942.

## 2. INÍCIO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em fins da década de 1930, contenciosos bélicos latentes na Europa, África e Ásia, decorrentes de antagonismos históricos que se agravaram no pós-Primeira Guerra Mundial, acabaram por levar o mundo a uma nova guerra, que passou para a história como a Segunda Guerra Mundial (II GM).

Na Europa, uma Alemanha ressentida pelos termos do Tratado de Versalhes que oficialmente encerrou a Primeira Guerra Mundial, após constituir uma formidável máquina de guerra para combater em terra, mar e ar, anexou a Áustria e uma parte da Tchecoslováquia, em 1938, e no ano seguinte invadiu a Polônia, levando o Reino Unido e a França a lhe declarar guerra em 1º de setembro de 1939, dando início à Segunda Guerra Mundial.

Em abril de 1940, os alemães invadem a Dinamarca e a Noruega, levando o Reino Unido a enviar ao território francês uma Força Expedicionária. Em maio, após atacar Holanda e Bélgica, a Alemanha invade a França, encorralando parte do exército francês e os expedicionários britânicos na região de Dunquerque. Em 14 de junho os alemães entraram em Paris, levando o governo francês a assinar um armistício com a Alemanha. Os franceses e britânicos sitiados em Dunquerque foram evacuados para a Inglaterra, enquanto parte do exército francês passou a colaborar com os alemães na chamada França de Vichy, sede do novo governo. O Reino Unido estava praticamente sozinho para se opor a Hitler, o *Führer* (líder) alemão.

A Itália, que havia invadido a Abissínia em 1935, invadiu a Albânia em 1939, a Líbia e o Egito em 1940 e a Grécia em 1941. Em 1941, as forças blindadas

das italianas, que operavam no norte da África, foram reforçadas pelo *Afrika Korps* alemão, sob o comando do Marechal Erwin Rommel.

A Alemanha e União Soviética, após assinarem um pacto de não agressão, em 1939, invadiram e dividiram o território polonês entre si, nesse mesmo ano. Rompendo o pacto firmado em 1939, a Alemanha, em junho de 1941, invadiu a União Soviética e, na sequência, a Iugoslávia e a Grécia.

Na Ásia, o Japão, após iniciar uma série de guerras de conquista contra a China em 1931, firmou com a Alemanha e a Itália um pacto criando o Eixo Roma-Berlim-Tóquio em 1940, e ocupou a Indochina francesa, Malásia, Guam, Filipinas, Birmânia e Borneo, entre 1940 e 1941.

Em 7 de dezembro de 1941, o Japão atacou a base naval norte-americana de *Pearl Harbor*, no Havaí e, no dia seguinte, os Estados Unidos declararam guerra ao agressor.

### **3. FINS DE 1941/INÍCIO DE 1942: CENÁRIO DESFAVORÁVEL PARA O REINO UNIDO E SEU IMPÉRIO, A UNIÃO SOVIÉTICA E A CHINA**

No verão do hemisfério norte, em 1941, a Europa continental estava sob domínio do Eixo, que dominava também o mar Mediterrâneo. O 8º Exército inglês estava praticamente sitiado nos desertos do norte da África.

A rota percorrida pelos cruciais suprimentos dos Estados Unidos em apoio à União Soviética, via Oceano Ártico, fora cortada pela ação combinada dos aviões e submarinos alemães.

As tropas alemãs se aproximavam de Moscou e Stalingrado. As tropas japonesas avançavam sobre as antigas colônias europeias no oceano Pacífico e no oceano Índico. Na China, parcialmente invadida pelo Japão, continuava a Guerra Civil opondo Chiang Kai-Shek e Mao Tsé Tung.

Nesse cenário, crescia para os Estados Unidos a importância do litoral da região nordeste do Brasil, por ser a chave para a utilização do Atlântico Sul em seus planos destinados a apoiar seus aliados e, eventualmente, enfrentar os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

#### **4. O TRAMPOLIM DA VITÓRIA NORDESTINO**

O interesse dos Estados Unidos pelo litoral nordestino, decorria de duas circunstâncias estratégicas. A primeira, obviamente, impedir que essa região caísse em mãos da Alemanha, que passaria a controlar as rotas marítimas que passam pelo Atlântico Sul e ameaçaria o mar do Caribe e o Canal do Panamá, este crucial para as atividades navais da América do Norte. A segunda porque tinha interesse em utilizar as rotas marítimas do Atlântico Sul para apoiar seus aliados do norte da África, da Ásia e até mesmo a União Soviética.

Ratificando a importância que tiveram as bases americanas estabelecidas no litoral nordestino para a vitória final dos Aliados contra o Eixo, em dezembro de 2011, nas comemorações pelo 70º aniversário do início das atividades conjuntas Brasil-Estados Unidos em defesa da liberdade e da democracia durante a Segunda Guerra Mundial, foi inaugurada na Base Aérea de Natal, no Rio Grande do Norte, uma placa doada pelos norte-americanos contendo os seguintes dizeres: “De 1941 a 1945, os militares brasileiros e americanos trabalharam lado a lado no Nordeste brasileiro para fornecer apoio vital às Forças de Combate na África, Europa e além. Com o fechamento da Rota Aérea do Atlântico Norte devido ao inverno, a Rota Aérea do Atlântico Sul, através do Nordeste do Brasil, controlou virtualmente todo o tráfego aéreo para os campos de batalha do mundo, incluindo aviões e suprimentos de emergência para a Índia e China, materiais para a União Soviética e equipamento e pessoal para a África e a Europa. Sem a ajuda imensurável dos militares brasileiros no Nordeste do Brasil, a vitória não teria sido possível. Por causa da sua proeminência nessas operações conjuntas, a Base Aérea de Natal ficou conhecida como o ‘Trampolim da Vitória’”.

#### **5. QUEDA DE BRAÇO**

A transformação de uma empoeirada pista de pouso nordestina no histórico “Trampolim da Vitória” foi o epílogo de uma tensa queda de braço entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

O Brasil do final da década de 1930, com o presidente Getúlio Vargas fortalecido pelo advento do Estado Novo, contando com o apoio incondicional do Exército, nas figuras do general Eurico Gaspar Dutra, seu Ministro da Guerra e do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército,

e do destacado diplomata Osvaldo Aranha, tinha dois objetivos prioritários: o desenvolvimento econômico, através da industrialização e a sempre negligenciada modernização de suas Forças Armadas, objetivos esses que só poderiam ser alcançados com um firme apoio dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos, por sua vez, recém-saídos da Grande Depressão iniciada em 1929, mantinha o Brasil como seu histórico provedor de matérias-primas, enquanto, prioritariamente, apoiava as principais democracias europeias ameaçadas pelo nazifascismo vitorioso na Alemanha e na Itália. Quanto à América Latina, onde o Brasil estava inserido, buscava reforçar o Panamericanismo, mas se negando a fornecer armas modernas aos países latino-americanos que pudessem desencadear uma corrida armamentista na região.

A negativa americana em vender armamentos modernos ao Brasil fez com que uma importante encomenda fosse buscada na Alemanha, que tinha especial interesse em ter o apoio do chamado Cone Sul da América do Sul, Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Bolívia, países que tinham parcelas das respectivas populações de origem germânica.

O êxito alcançado pelos países do Eixo na Europa, África e Ásia, levou os Estados Unidos a insistirem em um acordo com o Brasil, que pode ser resumido em apoio financeiro para o desenvolvimento do país e o fornecimento de armamento moderno a suas Forças Armadas, em troca da plena utilização de bases aeronavais no Nordeste brasileiro, a serem construídas e operadas pelos militares norte-americanos.

Parecia um bom acordo, não fosse a cláusula que estipulava que os militares norte-americanos destacados no Brasil permaneceriam atuando dentro da cadeia de comando das respectivas forças americanas.

Na Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro em maio de 1942 a pedido dos Estados Unidos, para decidir como o governo de cada país reagiria ao ataque japonês a *Pearl Harbor*, presidida por Osvaldo Aranha, a proposta americana era uma recomendação de que todos os países americanos rompessem suas relações diplomáticas e comerciais com Alemanha, Itália e Japão.

Posta em votação, prevaleceu a posição de Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia de que cada país decidisse acatar ou não a recomendação, o que desagradou profundamente os Estados Unidos, que passaram a pressionar o Brasil em busca de um acordo bilateral, dispondo sobre a suspensão do comércio de matérias-primas essenciais ao esforço de guerra dos países do Eixo, a intensificação das medidas destinadas a defender o nordeste brasileiro face a uma possível incursão alemã a esse território e a instalação de bases aeronavais americanas no nordeste do país, com liberdade de operação das Forças Armadas americanas nessas bases.

Como o Brasil já havia rompido as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha em janeiro e começara a transferir tropas para o Nordeste, o ponto de discórdia passou a ser a concessão para a instalação das bases aeronavais e, sobretudo, a liberdade de operação aos americanos nas bases a serem instaladas no Brasil. Essa discórdia chegou às últimas consequências, a ponto de os Estados Unidos ameaçarem invadir o Nordeste brasileiro e o negociador brasileiro declarar que o Brasil resistiria, nem que tivesse de apelar para o armamento indígena, como no passado.

Finalmente, em agosto de 1942, através dos chamados “acordos secretos”, os americanos concordaram em fornecer armamento atualizado às Forças Armadas brasileiras e apoiar a instalação de uma siderúrgica no país e o Brasil suspendeu as amarras que impediam a utilização plena de bases aeronavais brasileiras pelos americanos. Com a ativação, entre outras bases aeronavais, a do Parnamirim Field (na cidade de Natal/RN), na época a maior base aérea americana fora dos Estados Unidos, iniciava-se a derrocada do Eixo.

## **6. PEARL HARBOR BRASILEIRA**

A súbita mudança da posição brasileira deveu-se ao submarino alemão U-507, sob o comando do Capitão de Corveta Harro Schacht, que atuando isoladamente na costa do Brasil, durante os dias 15 a 19 de agosto de 1942 afundou seis navios brasileiros – Baependy, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará e Jacyra, causando cerca de 600 mortes, entre homens, mulheres e crianças.

Os navios Baependy e Itagiba transportavam, além da carga geral de navios de cabotagem, uma unidade do Exército que fora transferida do Rio de Janeiro para Olinda, PE, o 7º Grupo de Artilharia de Dorso. Os oficiais e praças

do Grupo iam acompanhados de suas famílias, algumas com crianças. Entre tripulantes e passageiros desses dois navios morreram cerca de 400 pessoas.

O Aníbal Benévolo foi torpedeado às quatro horas da madrugada, quando a maioria dos que se encontravam a bordo estavam dormindo em suas camas e apenas quatro se salvaram. No torpedeamento do Araraquara 131 pessoas pereceram e no do Arará cerca de 20. O pequeno veleiro Jacyra foi dinamitado e sua tripulação foi pouparada, salvando-se em um bote. O capitão Harro não socorreu nenhum sobrevivente e recebeu ordens de seguir para a costa da África.

As notícias desse verdadeiro massacre publicados em todos os jornais do país e o elevado número de mortos, mais de seiscentos, revoltaram a população brasileira, que indignada, em muitas cidades atacou imigrantes alemães, italianos, japoneses e seus descendentes. Estudantes e sindicalistas lideraram marchas por todo o país, exigindo uma resposta firme contra esses ataques, levando o Brasil a pensar em mandar tropas para a Europa.

Em 22 de agosto de 1942 o Brasil declarou “estado de beligerância” contra Alemanha e Itália, abrindo as portas para autorizar a instalação de bases americanas em Belém, Natal, Recife, Fernando de Noronha e Fortaleza, iniciando a preparação de tropas para combater no norte da África ou na Itália. A ação do Capitão Harro, classificada como de um “lobo solitário”, mudou o curso da Segunda Guerra Mundial.

## 7. A DERROCADA DO EIXO

No início de 1943, as tropas alemãs que haviam invadido a União Soviética se rendem em Stalingrado e o *Afrika Korps* se rende no norte da África. Em junho daquele ano, os Aliados invadem a Sicília e em setembro desembarcam na Itália continental. Os alemães, tirando proveito do acidentado terreno italiano, resistem conduzindo uma ação retardadora, de linha em linha de defesa, que só terminaria em 7 de maio de 1945.

Em 6 de junho de 1944, os Aliados desembarcaram milhares de soldados nas proximidades de Caen, na costa francesa do Atlântico e iniciaram uma vagarosa marcha na direção a Berlim.

Após a vitória em Stalingrado, a União Soviética, passando à ofensiva, retomou todas as áreas de seu território invadidas pelos alemães e em sua marcha em direção a Berlim ocupou os países do Leste Europeu. Finalmente, em 2 de maio de 1945, os remanescentes do exército alemão se renderam na sitiada Berlim ao exército soviético. Os combatentes alemães que defendiam o corte do rio Elba a oeste atravessaram o rio e se renderam aos americanos, que haviam suspendido seu avanço sobre Berlim.

Em 8 de maio de 1945 em Berlim, o alto comando militar alemão se rendeu incondicionalmente aos representantes da União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra e França.

Já no Teatro de Operações do Pacífico, os japoneses atacaram várias bases norte-americanas e do Reino Unido na Ásia oriental e nos arquipélagos do Pacífico. Foram conquistadas as Filipinas, Nova Guiné, Hong Kong, Tailândia, Malásia, Cingapura e Birmânia. A Índia, a joia da coroa do Reino Unido, chegou a ser ameaçada de invasão.

O primeiro revés japonês ocorreu na batalha naval de *Midway*, em junho de 1942, obrigando o Japão a passar à defensiva após a perda de quatro porta-aviões. As batalhas terrestres se sucederam, com os japoneses se defendendo obstinadamente. As vitórias americanas nas ilhas japonesas de Iwo Jima (Fev 1945) e Okinawa (Abr 1945) custaram milhares de vidas a ambos os lados, dando uma ideia de quão cruenta seria a hipótese de se levar a guerra para as quatro grandes ilhas que constituem o território japonês.

Essa constatação pesou na decisão do presidente Truman de autorizar o lançamento das duas bombas atômicas que arrasaram as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, que levaram o Japão a se render incondicionalmente em 2 de setembro de 1945, marcando o fim da Segunda Guerra Mundial, a mais cruenta de todas as guerras.

## 8. O BRASIL E A II GM: DA NEUTRALIDADE AO ENGAJAMENTO

Getúlio Vargas, que presidiu o Brasil entre 1930 e 1945, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos que levariam o mundo à Segunda Guerra Mundial, oficialmente, sinalizou uma posição de neutralidade, pois bem sabia que o país não tinha meios militares e econômicos para se imiscuir nas contendas das grandes potências da época.

O presidente também compreendia que, geográfica e culturalmente, o Brasil estava inserido no cenário panamericano, onde os Estados Unidos da América tinham papel preponderante.

O presidente americano, Franklin D. Roosevelt, lutando contra um Congresso isolacionista, com a guerra se aproximando, deu apoio político à União Soviética, à China e ao Reino Unido, ao mesmo tempo em que buscou fortalecer o panamericanismo nas Américas.

Assim, promoveu a Conferência do Panamá, em 1939, a de Havana, em 1940, e a do Rio de Janeiro, em 1942, que reafirmaram a solidariedade continental. Na conferência de Havana, os países que dela tomaram parte, incluindo o Brasil, assumiram o compromisso de que “todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou a independência política de um Estado americano será considerado como ato de agressão contra os Estados que assinaram esta Declaração”.

O ataque japonês a *Pearl Harbor*, em dezembro de 1941, seguido da declaração de guerra dos Estados Unidos contra o Japão, a Alemanha e a Itália, colocou o Brasil na iminência de entrar na guerra e, na Conferência do Rio de Janeiro, de 1942, o país anunciou o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), apressando o processo de entrada no conflito.

O Brasil, sendo um importante fornecedor de matérias-primas para os Estados Unidos, fez com que a Alemanha e a Itália intensificassem a guerra submarina contra os navios mercantes brasileiros. Essa campanha, que pôs a pique um total de 33 navios mercantes brasileiros, teve seu ápice entre os dias 15 e 19 de agosto de 1942, o *Pearl Harbor* brasileiro.

## 9. SURGE A IDEIA DE UMA FORÇA EXPEDICIONÁRIA

Em agosto de 1942, as sucessivas negociações entre o Brasil e os Estados Unidos permaneciam estagnadas, apesar da instalação de duas comissões mistas, destinadas a acompanhar e agilizar as decisões já tomadas. Uma seria instalada em Washington e a outra no Rio de Janeiro. Essa estagnação foi dramaticamente rompida pela iniciativa unilateral tomada pelo Brasil de declarar guerra à Alemanha e à Itália em 22 de agosto de 1942, como resposta aos ataques perpetrados pelo submarino alemão U-507 contra indefesos navios cargueiros que navegam perto da costa brasileira. O clamor popular em repúdio a esses ataques, como que acordou o presidente Getúlio Vargas para a gravidade do momento vivido pelos países democráticos do Ocidente e o levou a tomar essa decisão extrema.

Ao tomar conhecimento da decisão de Vargas, as negociações entre Brasil e Estados Unidos avançaram rapidamente, culminando com o Brasil dando maior liberdade para as Forças Armadas americanas construírem bases aeronavais no litoral brasileiro e o apoio financeiro norte-americano para projetos desenvolvimentistas no Brasil e o embarque de modernos equipamentos militares para reequipar as Forças Armadas brasileiras nos termos do *Lend and Lease Act*, recentemente criado pela potência do norte.

Culminando essas iniciativas, o Brasil, em janeiro de 1943, comprometeu-se a colaborar no esforço de guerra aliado através de uma Força Expedicionária, constituída por um Corpo de Exército a três Divisões de Infantaria e respectivos apoios.

Decisão tomada, iniciou-se o árduo trabalho de organizar, equipar e adestrar, uma Força Expedicionária constituída, primeiramente, por uma Divisão de Infantaria Expedicionária, 1<sup>a</sup> DIE, e Órgãos Não Divisionários, OND, seguindo preceitos doutrinários do exército norte-americano, aproveitando, no que fosse possível, o legado deixado pela Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil, que atuou no país de 1920 a 1940.

## 10. A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

A organização, o preparo e o deslocamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o TO europeu constituíram-se em verdadeira epopeia, como alguns eventos e números demonstram:

- Efetivo aproximado de 23.000 homens;
- Criação de novas unidades, entre elas uma Esquadrilha de Ligação e Observação, (ELO) e um Pelotão de Polícia Militar;
- Uniforme, armamento, equipamentos e alimentação exóticos;
- Terreno e clima desconhecidos;
- Um Destacamento da Justiça Militar;
- 25 Capelães militares;
- 28 Funcionários do Banco do Brasil;
- 67 Enfermeiras;
- Tradução acelerada dos manuais norte-americanos; e
- Deslocamento para a Itália em navios de transporte americanos, sob ameaça de submarinos alemães.

Às 14:00h do dia 16 de setembro de 1944, a artilharia brasileira abriu fogo pela primeira vez, na região italiana de Monte Bastione, dando início efetivo à campanha da FEB na Segunda Guerra Mundial.

## 11. A CAMPANHA DA ITÁLIA

Em maio de 1943, com o decisivo apoio norte-americano, o antes combalido 8º Exército do Reino Unido derrotou as tropas alemãs e italianas que operavam no norte da África, levando os Aliados a pensarem em estabelecer uma frente na Europa continental, um repetido pedido da União Soviética, deflagrando a Campanha da Itália.

A Campanha da Itália começou em 10 de julho de 1943, com o desembarque na Sicília de tropas do 5º Exército dos Estados Unidos e Canadá, e do 8º Exército do Reino Unido. Com a retirada do grosso das tropas alemãs e italianas para a Itália continental, a Campanha da Itália entraria em nova fase a 3 de setembro, quando tropas do 8º Exército desembarcaram em Reggio Calabria. A 9 de setembro, tropas do 5º Exército desembarcaram em Salerno, enquanto o 8º Exér-

cito ocupava Taranto sem oposição e seguia para o porto de Bari e os aeroportos da região de Foggia. Estava aberto o caminho para a conquista de Roma, a capital italiana.

Acuadas, as tropas alemãs, sob o comando do experiente general Kesselring, reagruparam-se e passaram a adotar uma atitude defensiva, tirando partido do terreno montanhoso da península italiana, estabelecendo sucessivas linhas fortificadas, com posições de metralhadoras, artilharia pesada, campos de minas, cercas de arame farpado e armadilhas.

Após a conquista de Nápoles, com seu importante porto, ao prosseguir para o norte, o 5º Exército enfrentou sangrentas batalhas em torno de Anzio, que retardaram sua progressão em direção a Roma, que foi conquistada em 4 de junho.

Com a chegada do inverno na Europa, os alemães se estabeleceram defensivamente na chamada linha Gótica, desde La Spezia, no Tirreno, passando pelo Vale do Foglia até o porto de Pesaro, no Adriático. Os 5º e 8º Exércitos aliados estavam enfraquecidos pela retirada, em outubro de 1943, de 7 Divisões de Exército americanas, britânicas e francesas, para se prepararem para o desembarque em algum ponto da costa da França, que ocorreria em 9 de julho de 1944.

As tentativas aliadas de romperem a linha Gótica, que abriria o caminho para a conquista de Bolonha e o vale do rio Pó, propício ao avanço dos blindados antes do inverno fracassaram, sendo esperada a chegada da primavera para retomar a ofensiva.

Para compensar a saída das Divisões que havia perdido, o 5º Exército rocou a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), que ainda estava em adestramento, e a deslocou, completa para a região de Porretta Terme, movimento que se completou em 1º de novembro de 1944.

A posição brasileira era dominada por uma linha de alturas onde pontificava, pela sua importância tática, a elevação de Monte Castelo, que foi objeto de quatro ataques brasileiros, em 24 e 25 de novembro e 29 de novembro e 12 de dezembro. Esses quatro ataques, por circunstâncias diversas, não tiveram o êxito esperado e a intensificação das nevadas próprias do inverno, recomendou que se patrulhasse a linha de contato à espera da primavera.

O 4º Corpo de Exército, integrante do 5º Exército, grande unidade enquadrante da 1ª DIE, desfechou em 19 de fevereiro de 1945 novo ataque a Monte Castelo, que foi conquistado pelos brasileiros no dia 21. Os combates nessa frente prosseguiram na chamada Ofensiva da Primavera com as vitórias brasileiras em La Serra, Castelnuovo, Montese e Fornovo, onde ocorreu a rendição da 148ª Divisão alemã. Assim, em 8 de maio de 1945, ocorreu a rendição formal de todas as tropas alemãs.

Em 18 de julho de 1945, o 1º Escalão da FEB retorna e desfila vitorioso nas ruas do centro do Rio de Janeiro. Missão cumprida!

## **12. A MAIOR FAÇANHA DA FEB**

A maior façanha da FEB não foi se organizar em curto espaço de tempo, nem atravessar o oceano Atlântico para ser a primeira força latino-americana a combater em terras de ultramar, muito menos substituir, em terreno montanhoso e em baixíssimas temperaturas, com sucesso, experientes tropas coloniais francesas, veteranas de várias campanhas na África e na península italiana.

A maior façanha da FEB foi fazer tudo isso sendo representante de um povo pacífico, miscigenado e orgulhoso de seu passado altivo e que, quando necessitou, empregou a força das armas para defender seu território ameaçado.

As forças aliadas desdobradas na Itália, a partir de agosto de 1943, era uma tropa multinacional, constituída por norte-americanos, afrodescendentes americanos comandados por oficiais brancos, descendentes de japoneses oriundos do Havaí, também comandados por oficiais brancos, canadenses, ingleses, escoceses, irlandeses, franceses, gregos, tchecoslovacos, poloneses, sul-africanos, italianos, australianos, neozelandeses, indianos (sikhs-balúchis), gurkhas, maoris, negros africanos, marroquinos, algerianos, árabes da Palestina e judeus. Cada etnia com sua própria cultura, língua, costumes, lealdades e, também, suas fraquezas e más condutas.

A FEB mostrou ao mundo que o Brasil tem uma população miscigenada, partindo das etnias básicas - povos originários, portugueses e africanos - e imigrantes do mundo inteiro - italianos, alemães, espanhóis, libaneses, japoneses

etc, mas sobretudo digna e corajosa. Não há o menor reparo quanto à conduta dos brasileiros no trato com a população italiana. Nada de saques ou estupros.

A população brasileira, bem representada nos integrantes da FEB, por vezes mantendo as tradições de seus ancestrais que migraram para o país, são orgulhosos de pertencer a uma nação que abraça todos que a procuram, em busca da paz, trabalho e qualidade de vida, independentemente de suas origens.

Rubem Braga, um dos jornalistas brasileiros que acompanhou toda a trajetória da FEB, instado a fazer uma análise crítica de seu desempenho em combate, pelos eternos derrotistas, sempre o há, não hesitou em rebater de pronto: “Houve, certamente, como em toda a guerra, muitos erros, mas acredito que, de um modo geral, o Exército pode se orgulhar do comando da campanha e de seus quadros; e, nós todos, da atuação dos jovens soldados filhos do povo do Brasil.”

A campanha da Itália mostrou ao mundo que a advertência dada a um representante de uma grande potência, não era vã bazofia. Se for o caso, os brasileiros não hesitarão em usar o tacape, se necessário.

**IMPORTANTE:** O presente trabalho objetiva ressaltar fatos históricos pouco divulgados sobre a FEB, deixando de lado aspectos sobre os quais existe copiosa literatura.

## REFERÊNCIAS

- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomas. **O Brasil na II Grande Guerra**. Biblioteca do Exército, 1960.
- CROFTON, Ian. **50 cosas que hay que saber historia del mundo**. 1<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Ariel, 2012.
- DE CARVALHO, Nelson Rodrigues de. **Do Terço Velho ao Sampaio da F.E.B.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Biblioteca do Exército, 1953.
- DE MORAES, J. B. Mascarenhas. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo. Instituto Progresso Editorial S. A, 1947.
- FERNANDES, Fernando Lourenço. **A estrada para Fornovo: a FEB – Força Expedicionária Brasileira, outros exércitos & outras guerras na Itália, 1944-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Biblioteca do Exército, 2011.
- GIORGIS, Luiz Ernani Caminha; MUXFELDT, Virgílio Ribeiro. **O Exército Republicano**. Porto Alegre: Renascença, 2022.
- GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **O Dia a Dia da FEB na 2<sup>a</sup> Guerra Mundial**. Porto Alegre. Edição do Autor. 2015.
- PEREIRA, Durval Lourenço. **Operação Brasil**. Contexto, 2015.



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
BRASIL  
ANOS

Chefe da 3ª Seção  
de Operações  
da FEB - Marechal  
Humberto de Alencar  
CASTELO BRANCO

HERÓIS SEMPRE  
LEMBRADOS

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

---

# O “BATISMO DE FOGO” DA INFANTARIA BRASILEIRA NA CAMPANHA DA ITÁLIA

Gen Div R/1 ÉDSON SKORA ROSTY<sup>2</sup>

O objetivo deste trabalho é apresentar como foram conduzidas as primeiras ações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante seu “Batismo de Fogo” na Campanha da Itália, destacando o momento em que a Infantaria Brasileira teve seu primeiro confronto com o inimigo.

Em julho de 1944, o 1º Escalão da FEB desembarcou em solo italiano, dando início ao recebimento do material de guerra e ao treinamento militar sob orientação de uma equipe de instrução norte-americana.

Em atendimento à orientação da Missão Militar Americana, esse escalão foi constituído no formato de um Grupamento Tático, comandado por um General de Brigada e era composto pelos seguintes meios de combate: 1 (um) Regimento de Infantaria, 1 (um) Grupo de Artilharia de 105 mm, 1 (uma) Companhia de Engenharia, 1 (um) Pelotão de Reconhecimento e 1 (um) Destacamento de Transmissões. Além disso, também estavam presentes os seguintes elementos de Serviços Divisionários: 1 (uma) Companhia de Manutenção, 1 (um) Pelotão de Viaturas, 1 (um) Pelotão de Polícia, 1 (uma) Companhia de Evacuação, 1 (um) Pelotão de Tratamento e 1 (um) Pelotão de Sepultamento.<sup>3</sup>

---

2 O autor é General de Divisão da Reserva, mestre em Ciências Militares com menção em Política, Estratégia e Relações Internacionais e Doutor em Ciências Militares “Notório Saber”, pela ECEME. É oficial de Estado-Maior, professor de História Militar e Estratégia e mestre em Ciências Militares com menção em Gestão e Planejamento Estratégico pela Academia de Guerra do Exército do Chile. É mestre em Estudos Estratégicos pela Escola de Guerra do Exército dos Estados Unidos da América e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Atualmente, exerce a tarefa de Assessor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército junto ao Museu do Expedicionário, com sede em Curitiba/PR.

3 Bases para a proposta de emprego da tropa brasileira – 3ª Seção do EM da 1ª DIE, Vada, 05 de setembro de 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Após o estudo das possíveis Linhas de Ação para emprego dessa composição de meios, foi decidido que a tropa brasileira seria empregada de modo unificado, mantendo a constituição de Grupamento Tático, acrescido dos elementos divisionários, permanecendo sob Comando do General Zenóbio da Costa, comandante da Infantaria Divisionária. Essa Força recebeu o nome de Destacamento FEB (Dst FEB), tendo o 6º Regimento de Infantaria e seus três batalhões como seu principal elemento de manobra.<sup>4</sup>

No final de agosto de 1944, os aliados decidiram dar início a uma grande ofensiva, cujo objetivo era romper a Linha Gótica, nos contrafortes dos Apeninos, e atingir o vale do rio Pó antes da chegada do inverno europeu.<sup>5</sup>

Na montagem para a composição dos meios para a ofensiva ficou decidido que o Destacamento FEB seria incorporado ao V Exército (V Ex) norte-americano, ficando subordinado ao IV Corpo de Exército (IV C Ex), cuja missão era manter o contato com o inimigo à medida em que ele recuasse para posições já preparadas e, desse modo, proteger o flanco do II Corpo de Exército, que estava realizando o esforço principal do V Ex (EUA) na direção FLORENÇA-BOLONHA.

Como consequência da grande necessidade de trabalhos de engenharia para a preparação da ofensiva, a FEB recebeu ordem de passar a 1ª Companhia de Engenharia à disposição do IV C Ex para o lançamento de duas pontes *Bailey* na área de retaguarda do Corpo, na região de Montecalvoli e Santa Maria a Monte. Desse modo, coube à tropa de Engenharia o privilégio de cumprir a primeira missão operacional brasileira na Campanha da Itália.<sup>6</sup>

No dia 12 de setembro de 1944, o Destacamento FEB recebeu sua primeira missão de combate como unidade constituída. Nossa tropa deveria substituir, em 15 1900 Set 1944, o 2º Batalhão do 370º RI e o 434º Btl AAe (unidade antiaérea executando missões de infantaria) em suas posições ao norte de Vecchiano. Para cumprir essa missão, além dos meios orgânicos, o Dst FEB recebeu em reforço 1 (uma) Companhia de Carros de Combate do 751º Batalhão de Tanques

---

4 Relatório das Atividades da FEB – Volume I, Rio de Janeiro, 21 janeiro 1946. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Fl 91.

5 F.O. nº 11 - IV Corps, Staffoli, 12 September 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

6 Relatório das Operações realizadas pelo 9º Batalhão de Engenharia na Campanha da Itália. Acervo Arquivo Histórico do Exército. Fl 9.

e 2 (duas) Companhias de Carros Destruidores de Tanques do 701º Batalhão Destruidor de Tanques.<sup>7</sup>

Após a substituição, o Dst FEB deveria manter contato com o inimigo por intermédio de um patrulhamento agressivo, colocando à prova suas linhas de defesa, seguindo qualquer retraimento realizado pelo inimigo.<sup>8</sup> Segundo as informações repassadas pelos civis e pelas tropas americanas, os alemães estavam ocupando a linha geral CAMAIORE–MONTE VALIMONO–MONTE ACUTO, que gerava uma “Terra de Ninguém” de cerca de 10 Km de profundidade.<sup>9</sup>

Após a realização da Operação de Substituição, o IV C Ex determinou que fossem intensificadas as ações de patrulhamento na Zona de Ação e que o Destacamento FEB ocupasse a linha balizada pelas seguintes regiões MASSAROSA–MONTE GHILARDONA–VECOLI.<sup>10</sup>

Em consequência, o comandante do 6º RI expediu, às 11:00 horas do dia 16 setembro, sua Ordem de Operações, revelando que as informações disponíveis indicavam que não havia mais presença de tropas inimigas ao sul da linha MASSAROSA–BOZZANO–M. COMUNALE–S. STEFANO.

Desse modo, foi estabelecido que a Marcha de Aproximação teria início às 13:00, tendo o 1º Batalhão a oeste e o 2º Batalhão a leste da zona de ação. O movimento seria precedido pelo 2º Pelotão de Reconhecimento, dois Pelotões de Carros de Combate e dois Pelotões Destruidores de Tanques, apoiados pelos fogos do 2º Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto Rebocado (ROAuR) 105 mm, em posição nas encostas sul de Monte Bastione. Após atingir a linha de objetivos, os batalhões deveriam lançar patrulhas de reconhecimento à frente, num raio de ação de 2 Km.<sup>11</sup>

7 F.O. nº 11 - IV Corps, Staffoli, 12 September 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

8 F.O. nº 11 - IV Corps, Staffoli, 12 September 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

9 Relatório das Atividades do 6º Regimento de Infantaria na Campanha da Itália, 1944 - 1945. Acervo do 6º Batalhão de Infantaria Leve. Fl 5.

10 Operations Instructions nº 54 - IV Corps, Staffoli, 16 September 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

11 Ordem Geral de Operações nº 2 – 6º RI, Filetole, 161100 SET 44. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Para iniciar o movimento, o 2º Pelotão de Reconhecimento foi organizado em duas patrulhas, cada uma sob comando de um oficial. A 1ª patrulha progrediu no eixo MASSACIÚCCOLI–CHIESA–MASSAROSA, junto com elementos da 1ª Companhia, do 1º Batalhão, do 6º Regimento de Infantaria (RI).<sup>12</sup> Durante esse avanço, a artilharia alemã se fez muito presente, tentando impedir a progressão.

Em consequência dessa ação, a 1ª Bateria do 2º Grupo do 1º ROAuR realizou o primeiro tiro em combate no continente europeu. Exatamente às 14:22h do dia 16 de setembro, foi desencadeado um tiro de regulação (6 tiros) sobre um possível Posto de Observação alemão em Monte Valimono, nas coordenadas (10280-89150)<sup>13</sup>.

Apesar do forte bombardeio pela artilharia alemã, a vanguarda atingiu e libertou as localidades de Massarosa e Bozzano.

A 2ª patrulha recebeu a missão de reconhecer o eixo PONTE DE S. PIETRO–S. MACÁRIO DO MONTE, atividade prejudicada em sua realização devido à natureza do terreno.<sup>14</sup>

---

12 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Pag 3.

13 Relatório do S3 do 2º/1º ROAuR. Acervo do Parque Histórico Monte Bastione – 21º GAC.

14 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Pag 3.



**Figura 1:** Ações realizadas na jornada de 16 de setembro de 1944

**Fonte:** o autor, com informações do Relatório das Atividades do 6º RI na Campanha da Itália

Na jornada de 16 de setembro, além de MASSAROSA e BOZZANO, foram libertadas as seguintes localidades: São Pietro, Maggiano, Chiesa, Santa Maria A Coli, Le Corti, Formentale e Vila Lippi.

Para a jornada de 17 de setembro, o comandante do 6º RI empregou os 2º e 3º Batalhões em uma progressão em direção ao norte para buscar o contato com o inimigo e ocupar a próxima linha de alturas.<sup>15</sup> Nessa ação, foi confirmada a informação da inexistência de tropas inimigas ao sul da estrada VALPROMA-RO-SAN MARTINO.

Devido à distância dos possíveis Postos de Observação dos alemães, foi necessário que a 1ª Bateria do 2º Grupo do 1º ROAuR mudasse de posição, passando a ocupar posições de tiro próximas a Le Corti<sup>16</sup>

15 Ordem Geral de Operações nº 3 – 6º RI, Le Corti, 17 1100 Set 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

16 Relatório do 2º/1º ROAuR – Resumo das atividades na Campanha da Itália – 1944-1945. Acervo do Parque Histórico Monte Bastione – 21º GAC. Fl 2.

No fim da jornada de 17 de setembro e ainda sem estabelecer contato com as tropas alemãs, as companhias do 2º e 3º batalhões estavam ocupando a linha MONTICIANO–M. GHILARDONA–FIBBIALA–PIAZZANO–LE FORCI–M. CASTELACCIO. As informações disponíveis indicavam que não havia posições inimigas organizadas ao sul do paralelo 88, entretanto, foram assinaladas patrulhas inimigas na região.



**Figura 2:** Dispositivo do 6º RI no final da jornada de 17 de setembro de 1944

**Fonte:** o autor, com informações do Relatório das Atividades do 6º RI na Campanha da Itália

Foi nesse contexto que ocorreu o batismo de fogo da infantaria brasileira na Campanha da Itália. Na manhã do dia 18 de setembro, uma patrulha da 4ª Companhia do 2º Batalhão, progredindo em missão de reconhecimento na direção de Orbicciano travou contato com uma patrulha inimiga na região de casas em Bartoli (10400 – 85500), tendo como resultado a fuga da patrulha alemã.<sup>17</sup>

Esse primeiro confronto entre as infantarias brasileira e alemã foi destacado pelo General Crittenberger, Comandante do IV C Ex, que, no início da tarde do mesmo dia 18 setembro, enviou mensagem de congratulações ao General Zenóbio da Costa, Comandante do Dst FEB.<sup>18</sup>

17 History of the IV Corps, Nov 40 – Oct 45, Document No N-17189. Archives Section, Library Services, Fort Leavenworth, Kansas. Pag 356.

18 Boletim Interno nº 54 do Destacamento FEB na Campanha da Itália, 07 de outubro de 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.



**Figura 3:** Local do encontro da patrulha brasileira com a patrulha alemã

**Fonte:** o autor, com informações do Relatório das Atividades do 6º RI na Campanha da Itália



**Figura 4:** Imagem atual do local do encontro da patrulha brasileira com a patrulha alemã

**Fonte:** o autor

Na jornada de 18 de setembro também merece destaque a ação audaciosa do Capitão Ernani Ayrosa da Silva para a libertação da cidade de Camaiore.

Para cumprir essa missão foi formado um Destacamento Especial composto por 1 (um) Pelotão de Carros de Combate (EUA), 1 (um) Pelotão de Fuzileiros, da 2ª Companhia, do 1º Batalhão de Infantaria (BI) do 6º RI, 1 (um) Pelotão de Metralhadoras Pesadas, 1 (um) Pelotão de Morteiros 81 mm, ambos da Companhia de Petrechos Pesados do 1º BI/6º RI, 1 (uma) Seção de Reconhecimento do 2º Pelotão de Reconhecimento, 1 (uma) Seção de Engenharia da 1ª

Companhia de Engenharia, 1 (uma) Seção de Artilharia (inglesa) e 1 (uma) Seção de Saúde.

Por volta das 08:30h, o Destacamento Especial iniciou seu movimento a partir da localidade de Luciano, cerca de 2,5 Km ao norte de Massarosa, percorrendo durante a jornada os cerca de 10 Km até a cidade de Camaiore.

A progressão foi muito retardada pelas destruições deixadas pela engenharia alemã e pelos fogos de artilharia conduzidos a partir dos observatórios existentes nas alturas dominantes na região.<sup>19</sup>

Por volta das 18:00h, a vanguarda do Destacamento entrou na cidade de Camaiore, libertando a cidade que havia sido abandonada pelos alemães após identificarem o poder de combate do Destacamento que estava indo em sua direção.

Essa conquista também foi motivo de felicitações por parte do comandante do IV C Ex, que na noite de 18 de setembro mandou mensagem de congratulações pelo sucesso alcançado.<sup>20</sup>

No final da jornada do dia 19 de setembro a linha CAMAIORE–MESCHINO–MIGLIANO–ORBICCIANO–MONSAGRATI havia sido ocupada pelas tropas brasileiras.

Com esse avanço, o Destacamento FEB estabeleceu contato com os Postos Avançados da Principal Linha Defensiva Alemã, a chamada “Linha Gótica”, posicionados nas alturas de Monte Prano, Monte Valimono e Monte Acuto.

Nesse movimento, a FEB fez seus primeiros prisioneiros de guerra. Na jornada de 20 de setembro foram capturados 4 desertores da 7<sup>a</sup>/25º Regimento da 42<sup>a</sup> Divisão de Infantaria alemã.<sup>21</sup>

---

19 Relatório das Atividades do 6º Regimento de Infantaria na Campanha da Itália, 1944 - 1945. Acervo do 6º Batalhão de Infantaria Leve. Fl 7.

20 Boletim Interno nº 54 do Destacamento FEB na Campanha da Itália, 07 de outubro de 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

21 Relatório das Atividades da FEB, no Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1946. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Fl 96.

Ao manter essa linha de observatórios, os alemães podiam utilizar essa vantagem geográfica e fazer uso contínuo de fogos de artilharia e morteiros contra as tropas brasileiras.



**Figura 5:** Dispositivo do 6º RI no final da jornada de 19 de setembro de 1944, com Eixo de Progressão do Destacamento Especial para libertação de CAMAIORE

**Fonte:** o autor, com informações do Relatório das Atividades do 6º RI na Campanha da Itália

Os combates para conquistar essas elevações se prolongaram até a jornada de 26 de setembro, quando os alemães abandonaram Monte Prano ante a perspectiva de ficarem cercados com a conquista pelas subunidades do 6º RI de posições à sua retaguarda.

Foi durante esses confrontos que ocorreram as primeiras baixas fatais por ação do inimigo, todas causadas por ação de estilhaços de artilharia: Soldados Attílio Piffer e Constantino Marochi, ambos em Santine, no dia 21 de setembro; Soldado Antenor Ghirlanda, em Nocchi, no dia 21 de setembro; 2º Sargento Névio Baracho dos Santos, em Nocchi, em 23 de setembro, quando participava do reconhecimento para o ataque ao Monte Rondinaja, e o 2º Sgt Pedro Krinski, em Camaiore, no dia 24 de setembro.<sup>22</sup>

22 Boletim Especial do Exército – Os mortos da FEB, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1946. Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

A ausência de baixas fatais causadas pela infantaria alemã indicava que o inimigo não estava se fazendo presente com grande determinação para a defesa das posições. Esse cenário iria mudar a partir de 27 de setembro, quando o Destacamento FEB recebe ordem para substituir o 3º Batalhão do 370º RI (EUA) na região de Diécimo, no vale do rio Serchio.<sup>23</sup>

Após realizar a substituição, o 3º Btl do 6º RI progrediu a cavaleiro do rio, ocupando as cidades de Borgo a Mozzano e Fornoli, ambas sob intenso bombardeio de artilharia.

Em 1º de outubro, quando a 8ª Companhia (Cia) do 3º BI/6º RI progredia na região de Piano Della Rocca em direção à “garganta” situada entre o Monte San Quirico e a Ponte Calavorno, a infantaria alemã se fez presente, causando as primeiras baixas fatais em um confronto direto entre tropas.<sup>24</sup>

Os Soldados Cesário Aguiar e José Wsoek foram mortos por fogos partidos de várias direções, após se lançarem com arrojo sobre uma posição de metralhadora inimiga, que estava atirando sobre seu pelotão.<sup>25</sup>

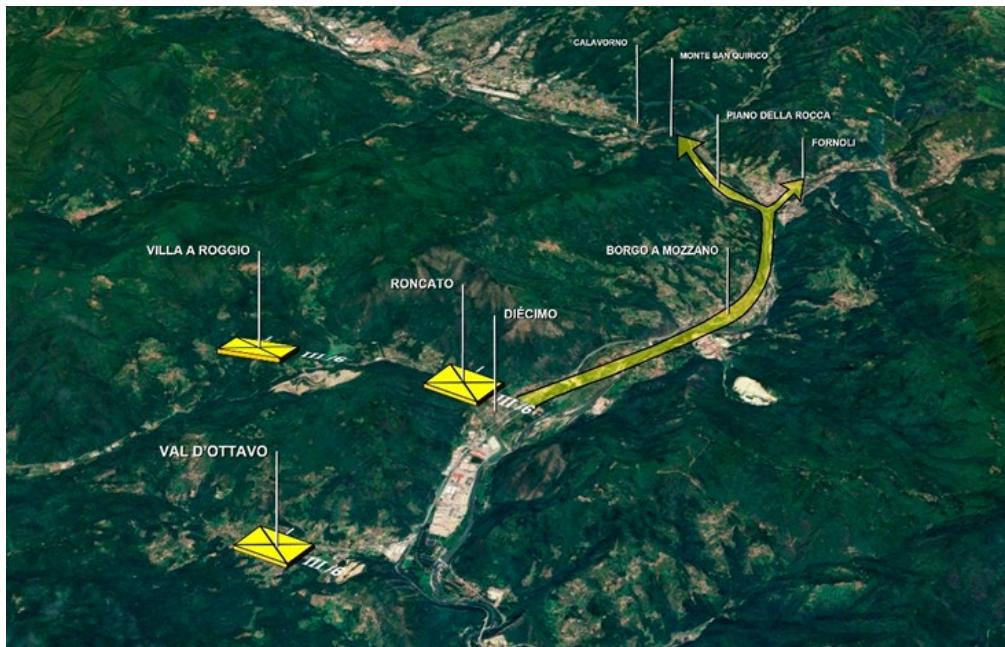
Após intenso combate, as posições alemãs finalmente foram vencidas, custando, além das perdas fatais, 13 baixas por ferimentos.

---

23 Ordem Geral de Operações nº 9 – 6º RI, Valpronaro, 272300 SET 44. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

24 Relatório das Atividades do 6º Regimento de Infantaria na Campanha da Itália, 1944 - 1945. Acervo do 6º Batalhão de Infantaria Leve. Fl 8 e 9.

25 Boletim Especial do Exército – Os mortos da FEB, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1946. Secretaria Geral do Ministério da Guerra.



**Figura 6:** Dispositivo do 3º/6º RI, em 28 de setembro de 1944, e eixo de progressão para a conquista de Borgo a Mozzano, Fornoli e Ponte Calavorno.

**Fonte:** o autor, com informações do Relatório das Atividades do 6º RI na Campanha da Itália

Esse duro combate, que custou a vida de dois bravos infantes, indicava que o mês de outubro, quando o Destacamento FEB deveria avançar em um terreno extremamente acidentado e bem defendido, seria caracterizado por mais provações e sacrifícios para a infantaria da Força Expedicionária Brasileira.

No esforço para superar essas dificuldades, o Destacamento FEB foi adquirindo experiência de combate e aos poucos foi mostrando ser capaz de assumir outras missões de relevância na Campanha da Itália, servindo de exemplo e inspiração para as tropas dos 2º e 3º escalões, que já se encontravam em território italiano.

## REFERÊNCIAS

**Bases para a proposta de emprego da tropa brasileira** – 3<sup>a</sup> Seção do EM da 1<sup>a</sup> DIE, Vada, 05 setembro 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

**Relatório das Atividades da FEB**, no Rio de Janeiro, 21 janeiro 1946. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

**F.O. nº 11** - IV Corps, Staffoli, 12 September 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

**Relatório das Operações realizadas pelo 9º Btl de Engenharia na Campanha da Itália**. Acervo Arquivo Histórico do Exército.

**Relatório das Atividades do 6º Regimento de Infantaria na Campanha da Itália**, 1944 - 1945. Acervo do 6º Batalhão de Infantaria Leve.

**Operations Instructions nº 54** - IV Corps, Staffoli, 16 September 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

**Ordem Geral de Operações nº 2** – 6º RI, Filetoli, 161100 SET 44. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

**Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento**, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

**Relatório do S3 do 2º/1º ROAuR**. Acervo do Parque Histórico Monte Bastione – 21º GAC

**Ordem Geral de Operações nº 3** – 6º RI, Le Corti, 171100 SET 44. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

**Relatório do 2º/1º ROAuR** – Resumo das atividades na Campanha da Itália – 1944-1945, Acervo do Parque Histórico Monte Bastione – 21º GAC.

**History of the IV Corps**, Nov 40 – Oct 45, Document No N-17189. Archives Section, Library Services, Fort Leavenworth, Kansas.

**Boletim Interno nº 54 do Destacamento FEB na Campanha da Itália**, 07 outubro 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

**Boletim Especial do Exército – Os mortos da FEB**, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1946. Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

**Ordem Geral de Operações nº 9 – 6º RI**, Valpronaro, 272300 SET 44. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
BRASIL  
ANOS

1º Sgt Max Wolf Filho

# HERÓIS SEMPRE LEMBRADOS

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

---

# A ADOÇÃO DA DOUTRINA AMERICANA PELA INFANTARIA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Cel R/1 FERNANDO VELÔZO GOMES PEDROSA<sup>26</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

É consenso na historiografia militar brasileira que uma das maiores dificuldades enfrentadas pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) enviada à Itália, em 1944, foi a transição da doutrina militar francesa, então adotada pelo Exército Brasileiro, para a doutrina americana, dentro da qual teria que operar. Em geral, as diferenças entre as doutrinas militares americana e francesa apresentadas pelos historiadores são pouco claras, quando não estritamente de caráter estratégico – postura defensiva da doutrina francesa versus uma doutrina mais ofensiva adotada pelos norte-americanos.

Ora, se essas diferenças de postura estratégica são importantes para os escalões mais elevados, são irrelevantes para os procedimentos de combate usados pelos batalhões, suas companhias e pelotões. Além do mais, a doutrina militar americana havia sofrido forte influência francesa durante a Primeira Guerra Mundial, quando a Força Expedicionária Americana combateu na França integrada ao Exército Francês.<sup>27</sup>

---

26 O autor é Coronel Reformado do Exército Brasileiro, oriundo da Arma de Infantaria. É Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2018, e Professor Emérito da ECEME.

27 Sobre essas semelhanças doutrinárias, ver as considerações apresentadas por Cesar Campani Maximiano (MAXIMIANO, 2010, p. 42-45).

O propósito deste artigo é identificar com clareza quais eram as principais diferenças entre a doutrina militar brasileira, de origem francesa, e a americana, e quais as dificuldades de adaptação decorrentes dessas diferenças, particularmente em relação à arma de infantaria.

## 2. NOVA ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS

A Força Expedicionária Brasileira que participou da Segunda Guerra Mundial foi composta por apenas uma divisão de infantaria – a 1<sup>a</sup> Divisão de Infantaria Expedicionária (1<sup>a</sup> DIE) –, organizada segundo o modelo americano. Além dessa grande unidade de combate, a FEB contou com um conjunto de órgãos não divisionários, entre os quais o mais importante em termos de efetivos era o Depósito de Pessoal, destinado a repor as perdas de efetivos das unidades em decorrência de combates, acidentes e enfermidades. Os órgãos não divisionários também incluíam diversas unidades logísticas e elementos de serviço, que elevavam o efetivo total da FEB a 25.445 homens, incluindo 67 enfermeiras.

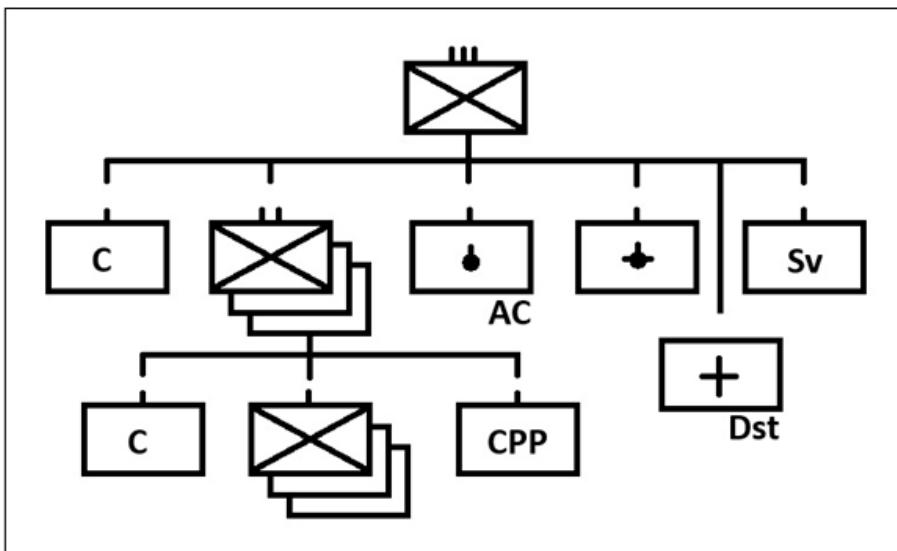
Seguindo a organização americana de 1943 (WILSON, 1998), a 1<sup>a</sup> DIE recebeu a seguinte estrutura:

- Três Regimentos de Infantaria;
- Quatro Grupos de Artilharia;
- Um Batalhão de Engenharia;
- Um Batalhão de Saúde;
- Um Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado; e
- Um conjunto de tropas especiais: companhias do quartel-general, de transmissões, de intendência, de manutenção, pelotão de polícia militar, banda de música e destacamento de saúde.

Embora a estrutura básica da divisão de infantaria americana fosse a mesma da divisão brasileira, de modelo francês, as diferenças de capacidades e de poder de combate eram gigantescas, a começar pela motorização quase completa da divisão americana. Exetuando as companhias de fuzileiros dos regimentos de infantaria, todas as demais unidades e subunidades da divisão americana eram transportadas em viatura motorizadas. As divisões do Exército Brasileiro (EB), por sua vez, eram movidas basicamente por força animal, empregando mulas e cavalos para o transporte ou a tração de armas pesadas e viaturas. Além da mar-

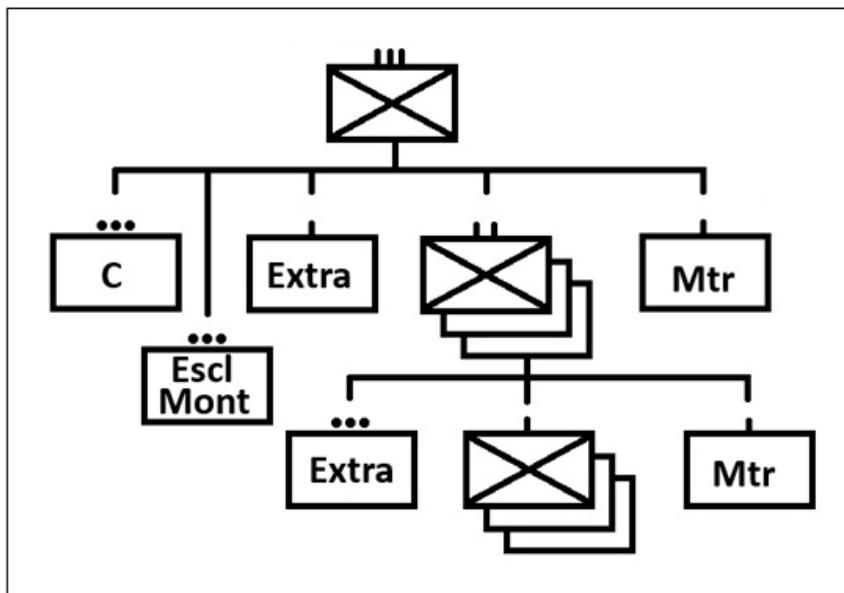
cante vantagem do modelo norte-americano em termos de poder de combate, deve-se registrar que as divisões do EB, no começo da década de 1940, eram todas incompletas, compostas por unidades também incompletas e sofriam de enormes carências materiais.

As diferenças organizacionais das unidades de infantaria também eram marcantes. A despeito da mesma organização básica ternária, os regimentos de modelo americano possuíam grandes vantagens em termos de poder de combate. No lugar dos pelotões de comando e de exploradores montados da organização brasileira, a organização americana contemplava uma companhia de comando regimental, com as funções de reconhecimento e comunicações; a companhia extra-numerária brasileira era substituída por uma companhia de serviço na organização americana (figuras 1 e 2).



**Figura 1.** Organização do regimento de infantaria no modelo americano da FEB.

**Fonte:** desenho do autor, com base em Castello Branco, 1960.



**Figura 2.** Organização do regimento de infantaria brasileiro em 1942

**Fonte:** o autor, com base no Regulamento de Infantaria de 1932 (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1932).

As diferenças mais significativas referiam-se ao apoio de fogo. O regimento americano não possuía uma companhia de metralhadoras, pois todas suas armas automáticas eram distribuídas aos seus batalhões e companhias de fuzileiros. O apoio de fogo do regimento era muito mais pesado – uma companhia de obuses de 105 mm, dotada de obuseiros mais leves que os da artilharia.

O regimento americano também contava com uma companhia de canhões anticarro, elementos inexistentes na organização brasileira. A companhia anticarro do regimento era dotada de nove canhões anticarro de 57 mm. Além dela, cada batalhão incorporado possuía um pelotão anticarro com três peças do mesmo canhão. A defesa anticarro dos regimentos americanos era complementada pela distribuição de mais de uma centena de lança-rojões calibre 2,36", destinados à proteção dos postos de comando e posições de tiro de armas pesadas.

A dotação de metralhadoras e morteiros do regimento americano também era muito superior à do regimento brasileiro, conforme pode ser visto no quadro 1 abaixo, que compara as estruturas organizacionais e as dotações de armamento pesado, equipamentos e viaturas dos regimentos de infantaria nas organizações brasileira e americana.

Organização Brasileira (1932)	Organização Americana da FEB
Pessoal <sup>28</sup>	Pessoal <sup>29</sup>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comandante: Coronel.</li> <li>• Sub Cmt: Tenente-Coronel.</li> <li>• Estado-Maior.</li> <li>• Pelotão de Comando.</li> <li>• Pelotão de Exploradores Montados.</li> <li>• Cia Extranumerária.</li> <li>• Cia de Metralhadoras do Regimento.</li> <li>• 3 Btl Inf (9 Cia de Fuzileiros).</li> <li>• Efetivo completo à Aprox 2.900 homens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comandante: Coronel.</li> <li>• Sub Cmt: Tenente-Coronel.</li> <li>• Estado-Maior.</li> <li>• Cia de Comando do Regimento.</li> <li>• Cia de Serviços.</li> <li>• Cia de Obuses.</li> <li>• Cia de Canhões Anticarro.</li> <li>• 3 Btl de Infantaria (9 Cia de Fuzileiros).</li> <li>• Destacamento de Saúde.</li> <li>• Efetivo completo: 3.256 homens.</li> </ul>
Armamento e Equipamento <sup>30</sup>	Armamento e Equipamento <sup>31</sup>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 20 metralhadoras pesadas Hotchkiss.</li> <li>• 12 metralhadoras leves Hotchkiss.</li> <li>• 6 morteiros de 81 mm.</li> <li>• Todas as viaturas de tração animal.</li> <li>• Meios de comunicações: telefones, telégrafos e pombos-correios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 35 metralhadoras pesadas Browning .50”.</li> <li>• 18 metralhadoras leves Browning .30”.</li> <li>• 24 metralhadoras pesadas Browning .30”.</li> <li>• 18 morteiros de 81 mm.</li> <li>• 27 morteiros de 60 mm.</li> <li>• 18 canhões anticarro de 57 mm.</li> <li>• 6 obuseiros leves de 105 mm.</li> <li>• 112 lança-rojões de 2.36”.</li> <li>• Viaturas motorizadas: 146 jipes, 12 picapes e 64 caminhões.</li> <li>• Meios de comunicações 122 rádios + 176 telefones.</li> </ul>

Quadro 1: Organização dos regimentos de infantaria nas organizações brasileira e americana.

Fonte: o autor

28 Utilizo a organização prescrita pelo regulamento de infantaria de 1932, por ser o manual doutrinário que estava em vigor no Exército Brasileiro em 1942.

29 Cf. MINISTÉRIO DA GUERRA, 1944b.

30 Cf. MINISTÉRIO DA GUERRA, 1932.

31 Cf. CASTELLO BRANCO, 1960. Quadro encartado entre as p. 128 e 129. O quadro não faz distinção entre as metralhadoras leves (seis por batalhão de infantaria) e pesadas (oito por batalhão).

As diferenças entre o modelo americano e o brasileiro, de inspiração francesa nas unidades de infantaria, iam além da estrutura interna das unidades e de seus armamentos, equipamentos e veículos. Havia uma notável diferença nos estados-maiores das unidades desses dois modelos, com grande vantagem para o modelo americano. O estado-maior dos regimentos de modelo francês era bastante reduzido, e todos seus integrantes tinham postos de capitão e tenente.

Por sua vez, o estado-maior do regimento de modelo americano era bem mais complexo e seus integrantes eram oficiais mais graduados e com maior capacidade de planejamento, assessoramento e controle. Sua estrutura central eram as quatro seções clássicas do estado-maior geral adotadas a partir da Primeira Guerra Mundial: 1<sup>a</sup> seção (pessoal); 2<sup>a</sup> seção (informações); 3<sup>a</sup> seção (operações e instrução); e 4<sup>a</sup> seção, (suprimentos). Destas seções, apenas a 1<sup>a</sup> seria chefiada por um capitão; as demais teriam à frente um major. Além desse estado-maior geral, o comando do regimento contava com outros nove oficiais do estado-maior especial.

Essa maior capacidade de comando dos regimentos americanos também se reproduzia no nível dos batalhões, pois os de organização brasileira não contavam com subcomandante nem estado-maior constituído. Os batalhões dos regimentos americanos contavam com um capitão subcomandante e um estado-maior de quatro seções.

As diferenças organizacionais entre os batalhões incorporados aos regimentos de infantaria brasileiro e americano são sintetizadas no quadro 2 abaixo, no qual pode-se constatar a maior complexidade estrutural e poder de fogo do modelo americano. Mesmo no nível das companhias de fuzileiros, vê-se que as companhias americanas contavam com um pelotão de petrechos leves, encarregado de prover apoio de fogo aos pelotões de fuzileiros.

Organização brasileira (1932)	Organização americana (1943)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cmt: Major</li> <li>• Pelotão Extranumerário</li> <li>• 3 Companhias de Fuzileiros (a 3 Pel Fuz)</li> <li>• 1 Cia de Metralhadoras <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 4 metralhadoras pesadas</li> <li>▪ 4 metralhadoras leves</li> <li>▪ 2 morteiros 81 mm</li> </ul> </li> <li>• Efetivos: 23 Oficiais e 813 Praças</li> <li>• 39 viaturas de tração animal.</li> <li>• 210 animais de sela, carga e tração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cmt: Major.</li> <li>• Sub Cmt: Capitão</li> <li>• Estado-Maior</li> <li>• Cia de Comando do Batalhão (Cmt é o S1) <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Seção de Comando do Batalhão</li> <li>▪ Pelotão de Comunicações</li> <li>▪ Pelotão de Sapadores e Remuniciamento</li> <li>▪ Pelotão Anticarro (3 Can AC 57 mm).</li> </ul> </li> <li>• 3 Companhias de Fuzileiros <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 3 Pelotões de Fuzileiros</li> <li>▪ 1 Pelotão de Petrechos Leves (2 Mtr .30" e 3 Mrt 60 mm)</li> </ul> </li> <li>• 1 Cia de Petrechos Pesados <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 8 metralhadoras pesadas .30"</li> <li>▪ 6 morteiros de 81 mm.</li> </ul> </li> <li>• Efetivos: 35 Of e 836 Praças</li> <li>• Viaturas: 34 jipes, 2 picapes e 4 caminhões leves.</li> </ul>

**Quadro 2.** Organização dos batalhões incorporados aos regimentos de infantaria.**Fonte:** o autor

As diferenças estruturais e de poder de fogo entre os dois modelos são menores no nível das frações elementares – o pelotão e o grupo de combate. Nesses níveis inferiores, a organização americana pouco se distinguia da francesa adotada no EB. De acordo com o regulamento de infantaria brasileiro, cada pelotão de fuzileiros era composto por três grupos de combate e um pequeno grupo extranumerário (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1932, p. 18). Essa era a mesma organização do pelotão de fuzileiros no modelo americano (MINISTERIO DA GUERRA, 1944a, p. 5).

No nível mais elementar da célula de combate da infantaria, o grupo de combate (GC), a organização também era similar – um sargento, um cabo e dez soldados. O armamento dos GC americano e brasileiro também era similar – fuzis para todos, exceto para o atirador da arma automática, que no Brasil usava o fu-

zil-metralhador Hotchkiss ou Madsen e no modelo americano, o fuzil automático Browning.

### **3. PREPARO DA FORÇA**

#### **3.1. CAPACITAÇÃO DOS OFICIAIS**

A educação da oficialidade brasileira era de boa qualidade. Todos os oficiais de carreira da FEB haviam sido formados pela Escola Militar do Realengo, com a exceção do general comandante da FEB, que havia sido formado na última turma da Escola Militar da Praia Vermelha, e alguns poucos aspirantes-a-oficial, recém-egressos da nova Escola Militar de Resende. Essa origem comum e o marcante profissionalismo do ensino da Escola Militar do Realengo garantiam uniformidade de procedimentos à oficialidade da FEB.

Vale assinalar que, diante da expansão do Exército durante a Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de convocar muitos oficiais da reserva para compor a FEB. Não apenas a criação da FEB impusera o aumento de efetivos; mesmo antes da decisão de enviar tropas para a Europa, o Exército tivera que criar ou expandir muitas unidades no Nordeste, a fim de garantir a defesa da região contra uma possível invasão por forças do Eixo.

Na arma de infantaria, 27% dos oficiais haviam sido formados nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 142). No nível dos oficiais subalternos de infantaria, 45,5% dos tenentes da FEB eram da reserva (MAXIMIANO, 2010, p. 72). A formação oferecida pelos CPOR, por sua vez, estava baseada naquela oferecida pela Escola Militar, e todos seus instrutores eram oficiais de carreira formados no Realengo, o que garantia unidade de doutrina.

No que diz respeito aos oficiais superiores, todos haviam realizado o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Muitos deles também possuíam o curso da Escola de Estado-Maior. Ambas essas escolas eram organizadas e conduzidas em moldes franceses. Nesse aspecto, ao contrário de dificultar a adaptação à doutrina americana, a experiência anterior com a doutrina militar francesa facilitou a transição doutrinária.

Logo após a decisão de organizar uma força expedicionária, o governo brasileiro enviou grupos de oficiais aos EUA para realizarem um curso abreviado de estado-maior na Escola de Comando e Estado-Maior do *Fort Leavenworth, Kansas*. Além do curso de estado-maior, o governo americano ofereceu ao EB cursos em diversos outros centros e escolas. No total, mais de 70 oficiais brasileiros frequentaram cursos e estágios nos Estados Unidos em 1943, todos com duração 11 a 12 semanas (CARVALHO, 1952).

### 3.2. INSTRUÇÃO DA TROPA

A instrução da tropa do Exército havia tido grande avanço desde a chegada da Missão Militar Francesa, em 1920, mas era muito prejudicada pela falta de equipamentos e de pessoal qualificado. A rotina da burocracia das guarnições, a dispersão das unidades pelo território nacional, a falta de campos de instrução, de armamento e munição, e a existência de muitas unidades incompletas por medida de economia dificultavam a instrução da tropa.

Uma das principais carências de pessoal para a condução da instrução da tropa e para sua eficácia em caso de emprego era a baixa qualificação dos sargentos. Até 1945, o Exército não contava com escolas para a formação de graduados. Os sargentos eram escolhidos entre os soldados mais disciplinados, dedicados e com escolaridade mais elevada. A formação desses graduados limitava-se a um breve curso de poucas semanas realizado na própria unidade, com todas suas limitações materiais e de pessoal.

Durante a década de 1920 funcionou na Vila Militar, subúrbio da Capital Federal, uma Escola de Sargentos de Infantaria (ESI) (BRASIL, 1920), que foi a primeira escola de formação de graduados do Exército Brasileiro. Entretanto, seu alcance foi bastante limitado – a escola formava anualmente apenas 80 alunos, e esses egressos eram muito poucos para fazer diferença no Exército como um todo. Ademais, a existência da ESI foi curta, sendo extinta em 1932. Desde então, os sargentos voltaram a ser formados na tropa.

Outra característica do EB antes Segunda Guerra Mundial era a carência de sargentos especialistas. Essa feição era típica do exército de um país subdesenvolvido e majoritariamente rural. Sendo movido em grande medida por tração animal, o Exército carecia de motoristas e mecânicos. Também eram muito pou-

cos os especialistas em eletrônica e em operação de rádios. Faltavam até especialistas em funções triviais, como datilógrafos e cozinheiros devidamente treinados para o exercício de suas atividades.

O prazo de preparação da FEB e da sua transição para a doutrina militar americana foi bastante limitado. Embora o tempo decorrido entre a declaração de guerra contra o Eixo (21 de agosto de 1942) e a partida do 1º escalão da FEB (2 de julho de 1944) tenha sido de quase dois anos, a decisão de enviar uma Força Expedicionária Brasileira para participar das campanhas junto com as forças aliadas só viria a ser tomada em maio de 1943. E, mesmo após essa decisão, a organização da FEB em moldes americanos somente ficou definida em agosto daquele ano.

Entretanto, sua grande unidade de combate – a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) – ainda não existia, e as unidades que a constituiriam estavam dispersas em diversas regiões do país. As primeiras prescrições sobre a transformação das unidades constitutiva da FEB só seriam publicadas em meados de outubro de 1943 (BRAYNER, 1968, p. 26). A concentração da FEB no Rio de Janeiro só aconteceu em março de 1944, deixando ao Comando da Força um prazo limitadíssimo para todas as medidas de organização e treinamento exigidas para uma transição tão radical.

A instrução da FEB sofreu dificuldades adicionais à simples transição doutrinária. Em primeiro lugar estava a decisão tomada pelo Ministério da Guerra de criar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária “do zero”, em vez de雇用 uma das divisões de infantaria já existentes no país. A divisão foi composta por unidades retiradas de quatro regiões militares (1ª, 2ª, 4ª e 9ª RM) e de cinco unidades da federação (DF, RJ, SP, MG e MT), o que dificultou sobremaneira a instrução das unidades expedicionárias e a concentração da divisão para seu treinamento coletivo. As atividades de organização das unidades e instrução da tropa foram conduzidas inicialmente de forma dispersa, nas guarnições de origem das unidades, o que dificultava o controle da instrução por parte do Comando da FEB.

Em segundo lugar, estava a questão da falta de campos de instrução adequados nas guarnições de origem, exceto o 1º Regimento de Infantaria, sediado na Vila Militar, nas proximidades do grande campo de instrução de Gericinó. Com concentração de todas as unidades da FEB na Vila Militar, a partir de março

de 1944, Gericinó mostrou-se insuficiente para o treinamento de toda a divisão, havendo necessidade de que as unidades se revezassem ao longo dos dias.

A terceira dificuldade era a carência de material americano e os correspondentes manuais e instrutores. Os acordos firmados entre o Brasil e os EUA estabelecia que a FEB seria armada e equipada com material americano a ser entregue no Teatro de Operações, assim como acontecia com as divisões americanas. Por outro lado, os acordos previam que os materiais necessários ao treinamento da Força Expedicionária seriam enviados ao Brasil, correspondendo aos armamentos e equipamentos para a metade de uma divisão (CARVALHO, 1952).

Contudo, os envios americanos ficaram muito abaixo desses níveis, tornando o treinamento lento e arrastado pela necessidade de fazer rodízio do material entre as diversas subunidades e suas frações. Para complicar, os equipamentos recebidos vieram acompanhados por manuais em inglês. À época, poucos oficiais do Exército dominavam aquele idioma e o trabalho de tradução recaiu sobre esse punhado de oficiais, resultando em demora na entrega de manuais traduzidos para uso da tropa (AMARAL, 1949, p. 150-151). Quanto aos poucos instrutores americanos enviados ao Brasil, a maioria não falava português, dificultando grandemente a instrução (CASTELLO BRANCO, 1960).

Para sanar a grande carência de especialistas, o Ministério da Guerra criou um Centro de Instrução Especializada (CIE), na Vila Militar, em junho de 1943, organizado em moldes americanos. Inicialmente, foram criados 25 cursos em diversas especialidades técnicas e administrativas. A contribuição do CIE foi gigantesca. Só na sua primeira turma foram formados 3.670 homens, dos quais 2.400 motoristas, 525 cozinheiros e 301 datilógrafos, dentre muitas outras especialidades. O êxito do CIE garantiu sua continuidade no pós-Guerra, sendo transformado na Escola de Instrução Especializada, em agosto de 1945 (BRASIL, 1945).

Em função dos problemas enumerados acima, a instrução da tropa no Brasil na fase de preparação da FEB foi bastante precária. Diante da carência de material americano e de seus manuais, o foco da instrução da tropa foi dirigido ao treinamento físico, às marchas e à ordem unida. E as frequentes visitas de autoridades e revistas da tropa interrompiam o já precário desenvolvimento da instrução.

Observando-se a questão *a posteriori*, percebe-se que a simples carência de material americano não impediria o treinamento das frações elementares de infantaria. Levando em conta a organização semelhante dos pelotões de fuzileiros e grupos de combate nos modelos francês e americano, não parece que haveria qualquer justificativa para que as unidades da FEB tivessem descuidado da instrução nesse nível elementar da tática de infantaria.

Mas a realidade é que, à época, antes de ter acesso aos manuais e equipamentos americanos, a oficialidade brasileira não tinha essa clareza e a incerteza provocou certa paralisia até que se conhecesse a doutrina americana nesses escalões mais baixos. Ao fazer essa ressalva não tenho a intenção de justificar o baixo nível de instrução das unidades de infantaria do EB antes da Guerra. É evidente que, se essas unidades estivessem bem treinadas na doutrina francesa, suas frações elementares não teriam qualquer dificuldade para operar na doutrina americana.

A precária instrução ministrada no Brasil deveria ser complementada quando os diversos escalões da FEB chegassem ao teatro de guerra. Ao desembarcar na Itália em 16 de julho de 1944, o 1º Escalão estacionou em Tarquínia durante um mês, período durante o qual recebeu todo seu equipamento.<sup>32</sup> Nessa fase inicial, muitos capitães e tenentes foram enviados ao centro de instrução americano de Caserta, o *Leadership and Battle Training Center*, onde foram submetidos a um curso de combate de três semanas (AMARAL, 1949).

Após o recebimento de todo seu equipamento, o 1º Escalão foi enviado para o acampamento de Vada, onde foi submetido a um intenso programa de instrução de três semanas, incluindo exercícios de todos os escalões até batalhão. Os últimos dias desse período intensivo de instrução foram dedicados a um grande exercício de 36 horas, sob a avaliação de árbitros americanos. Após esse exercício, o 1º Escalão foi declarado apto a entrar em linha (MORAES, 1947, p. 52-53).

Os 2º e 3º Escalões chegaram à Itália em 6 de outubro e tiveram sua preparação final muito prejudicada pelos atrasos no fornecimento de equipamentos pelos órgãos logísticos americanos. Esses atrasos e a necessidade de reunir toda a divisão obrigaram o Comandante da FEB a cancelar o período de instrução intensiva final, que demandaria mais três semanas de treinamento. Os 1º e 11º Regi-

---

32 O 1º Escalão da FEB tinha por base o 6º Regimento de Infantaria (RI); o 2º Escalão estava organizado em torno do 1º RI; e o 3º Escalão, do 11º RI.

mentos de Infantaria (RI), e as unidades de apoio que os acompanhavam tiveram que fazer sua preparação final já em combate real, com graves consequências em termos de baixas e reveses diante do inimigo.

#### **4. DOUTRINA DE EMPREGO**

As grandes diferenças de organização das unidades, subunidades e frações da arma de infantaria, bem como dos seus armamentos e equipamentos implicaram a adoção da correspondente doutrina de emprego em combate. A doutrina americana era mais complexa que a francesa, adotada no Brasil. Até o começo da década de 1940, a doutrina de emprego da infantaria brasileira estava consignada em poucos manuais – o Regulamento para os Exercícios e o Combate da Infantaria, em dois volumes, e dois manuais sobre emprego de metralhadoras.

A doutrina americana da arma de infantaria, por sua vez, espraiava-se em uma dezena de manuais. Começava com o manual do regimento de infantaria. Depois, havia o manual do batalhão, que era a unidade tática dos regimentos, e os manuais das diferentes companhias que compunham o regimento e seus batalhões subordinados. Também havia um manual sobre a organização tática da infantaria, que trazia os princípios mais gerais do seu emprego.

No nível mais elementar, havia o manual básico sobre os exercícios da infantaria, que tratava da ordem unida e da maneabilidade das subunidades e frações da arma. Além dos manuais referentes ao emprego táticos das unidades e suas subunidades e frações, a adoção da doutrina americana implicou a introdução de diversas publicações sobre o emprego, manuseio e manutenção dos armamentos de equipamentos americanos que seriam utilizados pela FEB.

A adoção da doutrina americana também exigia dos oficiais de infantaria o emprego de métodos de trabalho de estado-maior em moldes americanos, uma vez que a FEB seria integrada às forças dos Estados Unidos da América. Para o funcionamento dos estados-maiores foi adotado o manual de estado-maior e ordens de combate; e, para as atividades de inteligência, foram adotados manuais sobre informações de combate e sobre fotografias aéreas.

A despeito das dificuldades de tradução acima citadas, equipes improvisadas pelo Estado-Maior do Exército traduziram 115 publicações diversas até

---

1945, totalizando cerca de 11 mil exemplares impressos (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 148). Entretanto, em consequência da sobrecarga de trabalho, o resultado foi lento, resultando em atraso no início da instrução da tropa na nova doutrina.

## 5. CONCLUSÃO

Examinando a questão das diferenças entre a doutrina militar brasileira, de origem francesa, e a americana, verifica-se que nos menores escalões essas diferenças eram pouco significativas. Entretanto, a partir do escalão companhia e superiores as mudanças exigiam dos oficiais brasileiros habilidades e conhecimentos para os quais eles não haviam sido preparados nas escolas militares do Brasil.

Ainda, a transição doutrinária foi agravada por muitos fatores nem sempre relacionados às diferenças entre as doutrinas francesa e americana. A primeira dificuldade, de caráter puramente político, foi a decisão do Ministério da Guerra de organizar uma divisão expedicionária “do zero”, reunindo unidades de diferentes divisões e oriundas de diversas regiões do país. A dispersão das unidades e a demora em reunir a FEB no Rio de Janeiro causaram grande dificuldade de coordenação e supervisão da instrução inicial da tropa por parte do Comando da FEB.

Além disso, a pequena quantidade de equipamentos e armamentos enviados pelo governo norte-americano também teve consequências negativas para o desenvolvimento da instrução da tropa. Esse problema foi agravado pela necessidade de traduzir todos os manuais americanos, contando com poucos oficiais brasileiros habilitados a executar tal tarefa. A lentidão do processo de tradução implicou que os manuais em português só fossem publicados a partir do início de 1944, comprimindo ainda mais o prazo de transição e de treinamento no modelo americano. Efetivamente, o Comando da FEB teve apenas cerca de quatro meses para implantar a nova doutrina e instruir as unidades reunidas no Rio de Janeiro antes da partida do 1º escalão para a Europa.

Levando em conta as semelhanças básicas entre a doutrina militar francesa e a americana, pode-se ressalvar que nos escalões mais baixos das unidades de infantaria a principal dificuldade da FEB não foi a adaptação a uma nova doutrina, mas as carências de instrução da tropa brasileira antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Registros dos tempos do pré-guerra apontam para a precariedade da instrução da tropa, decorrente de inúmeros fatores, como a falta

de equipamentos, armamento e munições, a carência de campos de instrução, a baixa qualificação dos sargentos e a manutenção de unidades incompletas em tempo de paz, implicando a virtual impossibilidade da realização de exercícios de maior envergadura (CARVALHO, 2017, p. 27-44; e AMARAL, 1949).

O envolvimento do Exército Brasileiro na política brasileira nas décadas de 1920 e 1930 também causou sérios danos à sua preparação militar. Na década de 1920 o Exército esteve envolvido em uma série de levantes militares que levaram a uma revolução de caráter nacional em 1930. Em sequência, participou de uma guerra interna, em 1932, foi ferido por um levante comunista em seu seio, em 1935, e respaldou o golpe político que instaurou a ditadura do Estado Novo, em 1937. Nesse quadro politicamente conturbado, o treinamento da tropa foi fatalmente afetado, embora tenha proporcionado alguma experiência de combate às unidades que se envolveram diretamente nas revoluções de 1924, 1930 e 1932.

Todavia, a despeito de todas as dificuldades de transição para a doutrina americana e de tantas contingências negativas que afetaram tal modificação, deve-se observar que a qualidade da educação oferecida à oficialidade brasileira pela Missão Militar Francesa durante as duas décadas que antecederam a grande conflagração mundial facilitou a absorção da nova doutrina, a adoção dos métodos americanos de trabalho de estado-maior e o bom desempenho da tropa em combate.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Mário. A Instrução da F.E.B. In MORAIS, Berta et al. **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a F.E.B.** Instituto Progresso Editorial, 1949.
- BRASIL. **Decreto nº 14.331, de 27 de agosto de 1920.** Aprova o regulamento da Escola de Sargentos de Infantaria.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945.** Cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, e dá outras providências.
- BRAYNER, Floriano de Lima. **A Verdade Sobre a FEB.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- BRAYNER, Floriano de Lima. **Luzes Sobre Memórias.** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- DE CARVALHO, E. Leitão. **A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: A Noite, 1952.
- DE CARVALHO, Estevão Leitão. **Memórias de um Soldado Legalista.** 2<sup>a</sup> Ed. 2<sup>o</sup> Vol. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017.
- DE MORAES, J. B. Mascarenhas. **A F.E.B. Pelo Seu Comandante.** São Paulo: Instituto Progresso, 1947.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados:** Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010.
- MINISTÉRIO DA GUERRA. **N.5 Regulamento Para os Exercícios e o Combate da Infantaria.** 1<sup>a</sup> Parte, Introdução e Instrução Técnica. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1932.
- MINISTÉRIO DA GUERRA. **FM 7-10 Manual de Campanha da Infantaria. A Companhia de Fuzileiros do Regimento de Infantaria.** Tradução de emergência. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944a.

**MINISTÉRIO DA GUERRA. FM 7-40 Manual de Campanha da Infantaria. Infantaria Divisionária e Regimento de Infantaria.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944b.

**WILSON, John B. Maneuver and Firepower: The Evolution of Divisions and Separate Brigades.** Washington, DC: United States Army Center of Military History, 1998.



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
ANOS

Major Elza  
Cansanção Medeiros

HEROIS SEMPRE  
LEMBRADOS

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

---

# FORMANDO A TROPA EXPEDICIONÁRIA: O DESAFIO DA GUERRA MODERNA PARA O BRASIL DOS ANOS 40

CESAR CAMPIANI MAXIMIANO<sup>33</sup>

Em 1944, o envio da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) para a Europa foi um ponto fora da curva no elenco de episódios militares nacionais. Entre as motivações para o envio da FEB, medida que ia além do mero posicionamento ao lado dos Aliados como beligerante na Campanha do Atlântico Sul e fornecedor de matérias-primas, estavam oportunidades de projeção continental e reaparelhamento do Exército Brasileiro, combinado com aquisição de experiência operacional.

Formado na tradição das contendas regionais contra os vizinhos continentais e em lutas internas, o Exército Brasileiro se viu, premido pelo contexto estratégico de âmbito mundial, na súbita necessidade de criação de um contingente apto a combater ao lado das grandes potências, em ambiente operacional que exigia adaptação ao clima e à topografia.

Essa ríspida mudança de realidade não se restringiu aos brasileiros. O choque do contato inicial com um inimigo capaz de sintetizar os conceitos e o aprendizado dos anos finais da Primeira Guerra Mundial, na forma de princípios assimilados de modo homogêneo por suas unidades vocacionadas para as ações ofensivas foi generalizado para as demais nações aliadas. O fator primordial das vitórias alemãs nos lances iniciais do conflito foi a aplicação da combinação das

<sup>33</sup> O autor é Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Foi Professor de Ciências Militares da ECEME, no biênio 2012-2013. É proprietário do Centro Histórico *Overlord*, em São Paulo/SP, autor de *Barbudos, Sujos e Fatigados* (2010) e *The Brazilian Expeditionary Force, 1943-45* (2011).

armas, somada à intensiva instrução e desenvolvimentos no campo das comunicações, amalgamado no conceito operacional que se convencionou chamar de *Blitzkrieg*.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) estreou em combate quando a Alemanha havia perdido a iniciativa, encontrando-se em franca situação defensiva. Apesar de tal condição desfavorável, foi também neste ano da guerra que a *Wehrmacht* atingiu seu pico de mobilização, juntamente com o auge de sua produção industrial. Seu poder de combate ainda era formidável, e as baixas soviéticas e anglo-americanas do segundo semestre de 1944 são prova trágica desse fator.

Assim, os brasileiros travaram seus primeiros combates contra as forças ítalo-germânicas já sob os auspícios de um grande comando aliado que soubera aproveitar as lições duramente aprendidas na própria carne, especialmente nas batalhas pela Linha *Gustav* ao longo do primeiro semestre de 1944. A FEB, porém, estava na condição paradoxal de um beligerante recém-chegado ao Teatro de Operações que não dispunha dos mesmos recursos de instrução e experiência das nações amigas. O relevo característico da península italiana tornava o desafio ainda mais exigente, uma vez que o combate em terreno montanhoso requeria aprendizado adicional, além do trato com equipamento especializado para o inverno.

Convém observar que aquilo que se aplicava pelos Aliados, em 1944, era muito diferente do modo com que a guerra era concebida imediatamente antes do início das hostilidades. Para citar dois exemplos, o Exército Americano, crente na capacidade do soldado armado de fuzil, havia removido a metralhadora leve do Grupo de Combate quando da introdução do semi-automático *M1 Garand*, em meados da década de 1930.

Do mesmo modo, a presença do Observador Avançado de Artilharia junto aos pelotões de fuzileiros era um advento daquela guerra, cuja função era quase inexistente – ou ao menos mal conceituada e mal definida poucos anos antes. Apesar das narrativas brasileiras que reputam as dificuldades enfrentadas em campanha à transição doutrinária da *francesa* para a *americana*, a própria doutrina do Exército Americano era, em inúmeros aspectos, idêntica novidade para seus próprios integrantes. Estes, ao menos, tiveram tempo de nivelar seus conhecimentos uma vez que seu poder de combate foi desdobrado ao longo de várias etapas na organização, adestramento e envio de suas grandes unidades para o além-mar.

A necessidade de adaptação foi repentina para o Brasil, mas gradual para seus aliados.

Como foi possível que a FEB superasse tal limitação de forma rápida, em poucos meses de permanência no *front* e antes que fosse empregada em ações ofensivas de maior vulto?

Uma das respostas jaz na seriedade com que se enraizaram as boas práticas de instrução e a disseminação de informações. Programas de renovação dos conhecimentos táticos foram aplicados tanto nas unidades divisionárias quanto no escalão de retaguarda, que supervisionava o aprestamento de seu contingente para a substituição de baixas nas companhias de fuzileiros empenhadas na linha de frente, juntamente a vasta literatura na forma de boletins de informações, manuais técnicos e livretos versando sobre vários aspectos do combate.

Infelizmente, nem todas as unidades componentes da Divisão de Infantaria Expedicionária puderam dispor do tempo adicional de instrução no Teatro de Operações, tal qual foi possibilitado ao 6º Regimento de Infantaria, se bem que em prazo abreviado, aquém dos dois meses de treinamento adicional previstos nos planos de ultimação dos preparativos da tropa brasileira.

Contudo, a explicação para a questão acima proposta encontra-se no aspecto principal que caracteriza o fenômeno da guerra desde os tempos mais remotos: o fator humano. Não se trata de redução de caráter romântico ao gosto dos correspondentes contemporâneos ao conflito: a resposta não está em um suposto saber inerente a uma identidade nacional de difusa definição, mas na eficiente seleção do pessoal expedicionário.

Mitos qualificam o integrante mediano da FEB como um audaz sertanejo, porém, era de grande amplitude a complexidade das tarefas do funcionamento de uma divisão de infantaria vastamente provida de meios modernos como viaturas de diversos modelos e finalidades, responsabilidades de governo militar, serviço de contra-informações, propaganda e contra-propaganda, manutenção de todo tipo de equipamento e armamento, além, obviamente, das exigências físicas e psicológicas que o combate cobrava de seus elementos avançados. Neste aspecto, sobressai a campanha de motivação a que foi submetida a tropa.

De imediato, o cidadão brasileiro incorporado ao Exército e embarcado para o continente europeu se viu inserido no contexto típico do século XX, cujas raízes vinham se desenvolvendo há décadas, mas que nos conflitos mundiais encontrou sua expressão máxima: as mudanças sísmicas nos padrões de conduta militar e política do emprego da força, já entendida como a “guerra moderna”. Esse fenômeno foi o produto da combinação de desenvolvimentos qualitativos e quantitativos nos aspectos administrativos, tecnológicos e industriais no fazer da guerra.

Tais alterações não se limitavam à dimensão material: desde as guerras napoleônicas, Carl von Clausewitz detectara a importância da motivação psicológica nas populações, mobilizadas ou não para o combate. A necessária harmonia para que um esforço de guerra se mantenha coerente está submetida de forma inevitável ao que o general e filósofo prussiano qualificou como a “fascinante trindade” (BASSFORD, 2016). Portanto, o quarto grande fator para caracterizar a guerra moderna é o ideológico (TOWNSHEND, 2000).

As consequências foram diretas para os planos de mobilização militar nos dois conflitos mundiais, implicando busca por homens em condições físicas e cognitivas adequadas aos padrões classificatórios mais desejáveis. Físicas para suportar os rigores do combate, cognitivas para reter a enormidade de informações dos períodos de instrução e desempenhar as funções relacionadas ao universo de tarefas exigidas por um exército moderno em operações de guerra. Sobretudo, há certa sabedoria convencional que advoga que os vínculos dos grupos básicos são os principais motivos para a coesão dos exércitos em combate.

Embora essa linha explicativa seja válida em diversas situações históricas, ela pode ter sua relevância aumentada ou diminuída em fases ou missões de diferentes características em um mesmo episódio. Disso decorre a necessidade de um cidadão mobilizado se encontrar apto a desempenhar tarefas complexas (o exército moderno não depende de mateiros nem de brucutus com força física), mas também **acreditar na missão que cumpre**. A partir disso, a relação entre serviço militar e as operações psicológicas se torna indissolúvel.

Com a criação do *Selective Service System* (SSS) nos Estados Unidos, em 1917, o governo passa a dispor de uma agência especialmente dedicada a cadastrar e selecionar os homens mais aptos ao serviço militar. Na Segunda Guerra, o *Selec-*

*tive Training and Service Act*, de 1940, inspirou a criação do sistema brasileiro de seleção para a Força Expedicionária Brasileira, que, em momento inicial, emula os padrões americanos para a conscrição dos homens que viriam a compor o contingente, instituindo no Brasil a “categoria Especial”, que seria tida como a nota de corte para incorporação na FEB.

Na Segunda Guerra Mundial, o SSS adota um novo instrumento para escolher o material humano: o *Army General Classification Test* (AGCT), um teste de inteligência prática, diferente do QI e da “idade mental”, que, juntamente ao método de conscrever civis com habilidades especializadas, compunha a fórmula para aquisição de mão-de-obra qualificada. O AGCT espelhava as ideias do *US Army* sobre quais homens escolher. Havia, nessa instituição, a crença (logo constatada pelo estudo de Samuel Stouffer e colaboradores) de que homens inteligentes responderiam melhor ao treinamento e que seriam menos propensos a se tornarem baixados por razões neuropsiquiátricas (MARBLE, 2012).

Na fase inicial da seleção para a FEB, 107.609 inspeções de saúde foram realizadas nas dez juntas espalhadas pelo país. Destes homens, 3.111 oficiais e 63.013 praças foram classificados na “classe Especial” (GONÇALVES, 1951), qualificação limitada aos atributos físicos do homem. Concomitantemente, o Dr. Mirandolino Caldas, chefe da neuropsiquiatria da Divisão de Infantaria Expedicionária, considerou em seu livro que 50% dos baixados em seu posto de atendimento não sabiam explicar os motivos que haviam levado ao Brasil à guerra (CALDAS, 1950).

Havia razões diversas para que um homem mobilizado fosse enviado para o posto do Dr. Caldas localizado em *Porretta Terme*, como o esgotamento físico e mental, e, além disso, os traumas de combate não distinguiam entre o mais culto oficial de Estado-Maior ou o mais humilde pracinha guarnecedo sua arma na mais avançada das posições da linha de frente.

Contudo, em *The American Soldier*, Samuel Stouffer e equipe demonstraram com clareza o nexo entre a propensão para a manifestação de problemas neuropsiquiátricos (NP) e o nível de escolaridade e idade, a partir de amostra de infantes combatentes em quatro divisões americanas em operações na Itália, no mês de abril de 1945: a relação sugere aumento do aparecimento de sintomas nos

homens mais velhos escolarizados, juntamente aos menos instruídos formalmente com menor idade.

A idade média do soldado americano durante a Segunda Guerra era de 26 anos, índice razoavelmente elevado em função dos alistados para serviços e missões técnicas, não correspondendo à tenra faixa etária dos combatentes de infantaria e outras Armas como Blindados, Cavalaria, Engenharia e Artilharia.

Idade e instrução	Porcentagem revelando sintomas psicosomáticos	Total da amostra
<b>Mais de 25</b>		
<i>High school</i> ou acima	34%	188
Colegial sem conclusão	34%	244
<i>Grade school</i>	47%	251
<b>Menos de 25</b>		
<i>High school</i> ou acima	23%	376
Colegial sem conclusão	37%	348
<i>Grade school</i>	53%	358

**Tabela 1**

**Fonte:** STOUFFER, 1949.

Como foi relatado por Mirandolino Caldas em sua obra lapidar sobre a neuropsiquiatria na FEB, o esforço de motivar os combatentes e instruí-los a respeito das razões pelas quais o Brasil havia entrado em guerra tinha papel importante na manutenção da boa saúde mental dos indivíduos engajados na linha de frente. Assim, é conveniente destacar que o propósito motivacional não se limitava às situações de combate, devendo, idealmente, ser iniciado até mesmo em momento anterior à incorporação no serviço militar.

O trabalho de Stouffer e sua equipe trouxe implicações para a campanha de mobilização moral desenvolvida com direcionamento para toda sociedade americana e nações Aliadas, como por exemplo, sua influência no conteúdo de publicações como *Yank* e o *Stars and Stripes*, além da máxima obra que embasava os princípios pelos quais os EUA haviam se engajado na guerra e no apoio aos Aliados: a série *Why we Fight*, de Frank Capra. Os filmes foram peças fundamentais nas manifestações oficiais para que a população americana sustentasse, além da eventual perda de entes queridos no além-mar, o trabalho do esforço de guer-

ra para suprir a guerra contra o Eixo em diversas frentes por meio da produção industrial.

A maior parte dos homens integrados à FEB estava na categoria Especial, com uma proporção menor de indivíduos na classe Normal. É sabido que a expedição incluiu elementos com problemas que inexplicavelmente passaram pelo crivo das comissões médicas. Alguns desses foram recambiados ao Brasil, outros permaneceram com suas unidades até o final da campanha. A saúde de uma tropa pode se degradar rapidamente nas operações, e o envio de volta ao Brasil de homens incapacitados por causas não ligadas ao combate não equivale sempre a incorreções da seleção médica. Além do mais, a saúde física compunha apenas uma parte da questão (COSTA, GOMES, 2021).

Oficiais médicos como Carlos Paiva Gonçalves e Mirandolino Caldas advertiram para que a preparação psicológica fosse levada em consideração como fator tão importante quanto a condição física dos expedicionários. Embora, durante a guerra, as disciplinas relacionadas à saúde mental ainda não tivessem alcançado os diagnósticos e a sofisticação conceitual que surgiu nas décadas seguintes, o esforço nacional de preparo da FEB atuou dentro de suas limitações, com comissões médicas reduzidas, na vastidão do território e, às vezes, com graves dificuldades na seleção dos conscritos, especialmente nas regiões mais afastadas da então Capital Federal (COSTA, GOMES, 2021).

A despeito das vicissitudes, a divisão brasileira permaneceu em campanha por nove meses, com o apoio constante de seus órgãos não-divisionários, operando como uma grande unidade coesa, com índice de baixas NP ligeiramente inferior à média das GU americanas do 5º Exército, desejosa de demonstrar capacidade ofensiva e com acendrado espírito de corpo.

Em proporção favorável dentro do total da divisão e da expedição, o soldado brasileiro era instruído, apto fisicamente e, em função dessas qualidades, motivado (MAXIMIANO, 2010). A FEB é um exemplo de sucesso militar por uma razão em especial: seu capital humano.

## REFERÊNCIAS

- BASSFORD, C. Teaching the Clausewitzian Trinity: a teaching note. **Clausewitz.com**, 2003. Disponível em: <https://www.clausewitz.com/readings/Bassford/Trinity/TrinityTeachingNote.htm>. Acesso em: 1 nov. 2024.
- CALDAS, M. **O Posto Avançado de Neuropsiquiatria da FEB**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1950.
- COSTA, H.; GOMES, D.K. **Ao Alcance da Morte**. Matilda: Ponta Grossa, 2021.
- GONÇALVES, C.P. **Seleção Médica do Pessoal da FEB**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1951.
- MARBLE, S. (org.). **Scraping the Barrel**. Nova York: Fordham University Press, 2012.
- MAXIMIANO, C.C. **Barbudos, Sujos e Fatigados**. São Paulo: Grua Livros, 2010.
- STOUFFER, S. et al. **The American Soldier**. Princeton University Press, 1949.
- TOWNSHEND, C. (org.). **The Oxford History of Modern War**. Oxford: OUP, 2000.



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
BRASIL  
ANOS

Aspirante  
Francisco Mega

# HERÓIS SEMPRE LEMBRADOS

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

---

# ARTILHARIA EXPEDICIONÁRIA: A TRANSIÇÃO DOUTRINÁRIA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA PARA A EXPERIÊNCIA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Cel R/1 CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ<sup>34</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

O contexto da história do Exército Brasileiro (EB), no período que compreende a transição da Missão Militar Francesa<sup>35</sup> (MMF) para a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, representa uma fase de profundas transformações doutrinárias, especialmente na artilharia. No curso das décadas anteriores, o EB foi fortemente influenciado pela doutrina militar

<sup>34</sup> O autor é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro, oriundo da Arma de Artilharia. É Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pela Université Libre de Bruxelles. Atualmente, desempenha a função de pesquisador do Centro de Estudo e Pesquisas de História Militar do Exército, no Rio de Janeiro.

<sup>35</sup> A Missão Militar Francesa no Brasil ocorreu entre 1919 e 1939, com o objetivo de modernizar o Exército Brasileiro após a Primeira Guerra Mundial. Enviada pelo governo francês, a missão foi composta por oficiais experientes que ajudaram a reestruturar as forças armadas do Brasil, implementando novas táticas de treinamento e organização baseadas no modelo francês. Cf. RIBEIRO, Carlos. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa (1919-1939)**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2000.

francesa, que estruturou o treinamento, o armamento e as estratégias adotadas pelo país. Esse modelo foi considerado o padrão de excelência no Brasil, servindo de base para a formação dos oficiais e para o desenvolvimento das táticas de combate.

No entanto, com o avanço da Segunda Guerra Mundial e com a entrada do Brasil no conflito, surgiu a necessidade de uma modernização das práticas militares, adequando-se às realidades de um teatro de operações muito diferente daquele contemplado pela doutrina francesa.

A entrada do Brasil no conflito ao lado das forças aliadas trouxe uma nova influência sobre as práticas militares brasileiras: a doutrina norte-americana (Bellintani, 2009). Com uma estrutura organizacional e operacional distinta da francesa, essa doutrina vinha se destacando no cenário de guerra, especialmente em relação à artilharia. Diante da urgência imposta pelo combate, o Brasil passou a receber apoio técnico e material dos Estados Unidos da América (EUA), o que levou à necessidade de revisar e adaptar os processos de formação e treinamento de seus artilheiros.

A artilharia da FEB, em especial, enfrentou grandes desafios ao adaptar-se à nova doutrina. A adaptação envolveu não apenas o manuseio de novos equipamentos, mas também uma mudança na técnica, na tática e nas operações em campanha. O treinamento da FEB incluiu o uso de armamento moderno e a incorporação de técnicas de coordenação e apoio de fogo às unidades de infantaria, uma prática que era menos enfatizada na doutrina francesa, focada em operações de artilharia mais posicionais e menos móveis. No ambiente operacional italiano, para onde a FEB foi destacada, essas mudanças doutrinárias foram colocadas à prova e mostraram-se essenciais para a eficácia das operações de combate.

A experiência, além de ter um impacto imediato nas operações da FEB, teve consequências duradouras para o EB, marcando uma transição definitiva para práticas militares mais alinhadas com os padrões norte-americanos. A adoção dessa nova doutrina significou um afastamento dos modelos europeus e um passo em direção a uma artilharia mais flexível, eficiente e capaz de responder às necessidades táticas em um cenário de guerra dinâmico e imprevisível. Esse período, portanto, representa um marco para o EB, que precisou assimilar uma mudança profunda em suas práticas e redefinir o papel da artilharia no campo de batalha.

O presente artigo examina, em profundidade, essa transição doutrinária, buscando compreender como a artilharia brasileira foi moldada pela experiência da FEB na Segunda Guerra Mundial e como essa experiência influenciou as práticas militares no período pós-guerra.

Assim, partir de uma análise histórica e operacional, o estudo pretende contribuir para a compreensão do emprego da arma e os desafios envolvidos nessa transformação, assim como destacar o legado que essa mudança deixou para a estruturação e modernização da artilharia do EB.

## **2. A ARTILHARIA BRASILEIRA SOB A ORIENTAÇÃO FRANCESA**

A influência da Missão Militar Francesa no EB marcou profundamente as doutrinas e práticas militares no país durante as primeiras décadas do século XX. Enviada ao Brasil em 1919, a missão teve como objetivo auxiliar na modernização e reestruturação da Força Terrestre brasileira, em um contexto no qual a França era exclusivamente reconhecida como uma das principais potências militares mundiais (Bellintani, 2009).

Sob a liderança de oficiais especializados, a missão francesa introduziu conceitos, estratégia e modelos organizacionais que norteariam a formação dos oficiais brasileiros, moldando uma geração de líderes militares e estabelecendo uma doutrina centrada na teoria de linha e na estratégia, de acordo com a visão predominantemente na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Essa doutrina, adaptada à realidade brasileira, influenciou o ensino nas escolas de militares. A visão francesa se refletiu não só na estrutura hierárquica, mas também na organização das unidades de artilharia e na prioridade atribuída ao uso de grandes peças fixas, posicionadas em locais estratégicos para o apoio ao avanço das tropas. O novo modelo teve grande impacto na forma como a batalha deveria ser enfrentada e estruturada, e por duas décadas consolidou a hegemonia das táticas francesas.

Conforme a orientação doutrinária emitida pelos instrutores franceses, a ênfase das ações centrava-se no uso da artilharia em concentrações de tiro sobre zona, maximizando o impacto no inimigo e criando brechas para a movimentação das tropas. Esse sistema, que privilegiava a centralização das decisões no estado-

-maior, era coerente com o cenário militar europeu de 1918, onde as trincheiras e as linhas de frente mostraram-se estáticas.

Antes do início da Segunda Guerra Mundial, as unidades de artilharia do EB eram predominantemente equipadas com canhões de calibre 75 mm, de origem alemã e francesa, como os modelos *Krupp*, *Schneider* e *Saint Chamond*, sendo, em sua maioria, as peças tracionadas por parelhas de cavalos (Malan, 2018). Esse arranjo proporcionava mobilidade limitada e uma resposta lenta às demandas do campo de batalha. Apenas umas poucas unidades possuíam viaturas motorizadas para a tração das peças, o que agravava a dificuldade de deslocamento.

A doutrina de artilharia francesa, correntemente adotada no Brasil, exigia elevado nível de especialização e conhecimentos técnicos por parte dos artilheiros. As técnicas de tiro e observação eram complexas e exigiam rigoroso treinamento, ficando sob a responsabilidade dos capitães comandantes das baterias de canhões. O processo de condução do tiro envolvia a realização de observações a partir de postos em terreno elevado, cujos dados eram transmitidos para as linhas de fogo para ajustes. Na ausência de centrais de tiro, as correções de tiro eram feitas manualmente pelos comandantes de bateria, pelo cálculo, o que frequentemente resultava na demora da execução dos disparos, afetando a continuidade do apoio de fogo (Mattos, 1971).

A preparação do tiro, quando realizada na linha de fogo, seguia um processo meticuloso. As peças eram posicionadas de forma ordenada e equidistante, em um alinhamento reto, com as distâncias entre elas rigorosamente medidas. No entanto, apesar dessa padronização na disposição das peças, a camuflagem e a dispersão da linha de fogo não eram prioridade nas práticas da época, o que tornava as baterias vulneráveis aos ataques aéreos inimigos (Mattos, 1986).

A doutrina francesa impôs o uso de instrumentos óticos para a observação do tiro, sendo este processo metódico e demorado, o que prejudicava a agilidade das operações de apoio de fogo. Tal sistematização, apesar de precisa, implicava em uma limitação operacional significativa, especialmente nos cenários que envolviam o combate dinâmico. Além disso, a falta de treinamento em observação aérea e avançada nos cursos de artilharia da Escola Militar de Realengo e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais<sup>36</sup> (EsAO) representava uma lacuna

---

36 A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), um dos mais importantes centros de

importante nas práticas de artilharia, dificultando a adaptação às novas exigências da guerra moderna.

O levantamento topográfico para assegurar a precisão dos fogos era outro aspecto crítico nas operações de artilharia, e os processos empregados eram complexos e lentos. Os trabalhos de mapeamento baseavam-se em marcos geodésicos, pontos fixos no solo com inscrições indicando dados de latitude, longitude e altitude. A obtenção dos dados necessários para a trama topográfica, no entanto, era um processo moroso, o qual impactava na rapidez da execução dos tiros e na mobilidade das unidades.

No que tange às comunicações, a MMF utilizava extensivamente o modal fio telefônico, com baterias de obuses equipadas com telefones, fios, bobinas portáteis e desenroladeiras. Esses dispositivos eram usados para estabelecer ligação entre a linha de fogo e os postos de observação. Contudo, uma falha significativa na doutrina francesa era a ausência de oficiais destacados nas unidades de infantaria e cavalaria para coordenar o apoio de fogo de artilharia nessas unidades (Ibid.).

A partir de 1935, com a implementação de exercícios de tiro real ao final do ano de instrução, a EsAO introduziu um novo método de ensino mais prático e focado nas necessidades operacionais da artilharia. As missões táticas, embora limitadas em sua complexidade, eram divididas em:

- Apoio direto: com foco em fogos desencadeados na zona de ação de regimentos de infantaria; e
- Ação de conjunto: quando os fogos eram utilizados em apoio à divisão como um todo (Ibid.).

Apesar desses avanços doutrinários, as práticas de reconhecimento, escolha e ocupação de posições de artilharia eram realizadas durante o dia, sem a

---

ensino militar do EB, foi criada em 1919 com o objetivo de proporcionar a formação avançada de oficiais, aprimorando suas capacidades técnicas e de liderança. Sua criação foi um desdobramento da Missão Militar Francesa, que, a partir de 1908, introduziu no Brasil as doutrinas e práticas militares francesas, influenciando a estrutura e o currículo das escolas militares brasileiras. A EsAO substituiu a antiga Escola de Guerra e passou a ser responsável pela formação de oficiais superiores, com foco na preparação para comandar unidades em operações mais complexas, alinhando-se aos novos desafios estratégicos do EB após a Segunda Guerra Mundial. Cf. SILVA, Carlos Alberto de Souza. **A História da Missão Militar Francesa no Brasil:** a formação do Exército Brasileiro no século XX. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

implementação de táticas de movimentação noturna ou a preocupação com posições falsas<sup>37</sup> ou de troca<sup>38</sup>. Tais lacunas operacionais evidenciavam a necessidade de modernização nas táticas e doutrinas de artilharia, a fim de melhor responder às exigências de um campo de batalha em constante evolução.

Consoante com a doutrina francesa, a dosagem de unidades de artilharia de campanha variava conforme a divisão a qual estava subordinada. A Divisão de Infantaria possuía uma Artilharia Divisionária (AD) orgânica; e a Divisão de Cavalaria possuía um Regimento de Artilharia da Divisão de Cavalaria (RADC). A Artilharia Divisionária era constituída por um regimento de artilharia montada, composto de três grupos de artilharia montada; um regimento de obuses e um regimento de artilharia de dorso. Os RADC eram compostos por dois grupos de artilharia a cavalo e um grupo de artilharia automóvel.

Além disso, a formação dos oficiais brasileiros seguia os preceitos de disciplina e hierarquia rígidas, com foco na obediência e na replicação de ordens, características fundamentais no modelo francês. Este tipo de formação limitava as iniciativas individuais em prol de um comando centralizado, que proporcionasse maior eficiência e dinamismo.

No entanto, com o tempo, esta abordagem foi demonstrada por conflitos caracterizados por movimentos rápidos, como aqueles que marcariam a Segunda Guerra Mundial, exigindo uma resposta mais ágil e adaptável, fatores que motivariam a transição para uma doutrina mais moderna e atualizada.

---

37 Uma posição falsa de artilharia é uma técnica militar utilizada para iludir o inimigo, criando a ilusão de que uma unidade de artilharia está posicionada em determinado local, quando, na verdade, a artilharia real está em outra posição. A ideia é desorientar o inimigo, fazendo com que ele ataque ou concentre seus esforços de maneira ineficaz, poupando a verdadeira posição de artilharia e minimizando os riscos de danos. Cf. BRASIL. Comando de Operações Terrestres. Grupo de Artilharia de Campanha (EB70- MC-10.360). 5<sup>a</sup> ed. Brasília: COTER, 2020.

38 No contexto do emprego da artilharia, uma posição de troca refere-se a uma tática usada para evitar que a artilharia seja alvo do fogo inimigo, especialmente em situações de combate intenso. Essa posição de troca é uma manobra na qual uma bateria de artilharia ou uma unidade de tiro se desloca rapidamente de uma posição para outra, de modo a minimizar o tempo em que está vulnerável a ataques adversários. O princípio tático é que, após disparar seus projéteis, a unidade de artilharia muda de posição rapidamente, o que dificulta a identificação precisa de sua localização pelo inimigo, reduzindo assim o risco de ser atingida pela contrabateria. Ver BRASIL. Comando de Operações Terrestres. Grupo de Artilharia de Campanha (EB70- MC-10.360). 5<sup>a</sup> ed. Brasília: COTER, 2020.

### 3. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O BRASIL

No final da década de 1930, com a escalada de tensões internacionais e o iminente conflito global, o Brasil começou a perceber as limitações da doutrina francesa para enfrentar o tipo de guerra que se desenhava. A evolução das tecnologias militares, como a introdução de veículos blindados e aeronaves de bombardeio<sup>39</sup>, colocava em xeque o modelo de combate estático e centralizado. A necessidade de modernizar a artilharia brasileira, adaptando-se às exigências de um conflito que envolvia movimentos rápidos e coordenados de diversas forças, tornou-se evidente.

Em meio à tensão geopolítica da época, o Brasil firmou um acordo militar com os EUA, que incluía apoio técnico, material e doutrinário. Essa parceria militar, que se intensificou com o ingresso do Brasil na guerra em 1942, representou uma ruptura com a tradição francesa e o início de uma transição para o modelo norte-americano, que pregava maior flexibilidade operacional e descentralização das ações no campo de batalha (Ferraz, 2022).

Com o apoio dos EUA, o Exército Brasileiro iniciou uma série de revisões em suas práticas e doutrinas, particularmente na artilharia, para se adequar às novas demandas. O modelo norte-americano, ao contrário do francês, valorizava a mobilidade, a coordenação tática mais flexível e a integração entre as armas combinadas. Esse sistema descentralizado permitia maior autonomia dos comandantes locais, que podiam adaptar suas ações às circunstâncias específicas do campo de batalha, algo essencial em uma guerra de movimento rápido, como a que ocorria na Europa.

A revisão das doutrinas militares foi intensificada nos treinamentos da FEB, onde os soldados e oficiais brasileiros foram expostos às novas táticas e equipamentos fornecidos pelos EUA. A artilharia, especialmente, teve de incorporar métodos de cálculo de tiro mais dinâmicos e de uso de radares e de observação avançada para correção de disparos, o que aumentava a precisão e a eficiência das operações. Esse intercâmbio doutrinário teve um impacto duradouro sobre a arti-

---

<sup>39</sup> O emprego de blindados e aeronaves de combate durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) demonstrou o impacto causado pela introdução dessas novas tecnologias e seus reflexos na doutrina militar.

laria do EB, consolidando uma nova mentalidade operacional que influenciaria a formação e o treinamento das forças armadas no Brasil no pós-guerra.

#### **4. A TRANSIÇÃO DOUTRINÁRIA PARA O MODELO NORTE-AMERICANO**

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas consolidou uma aliança estratégica com os EUA, o que impulsionou uma transformação significativa nas práticas militares brasileiras. A influência norte-americana foi especialmente marcante na artilharia, pois a estrutura e a doutrina dos EUA estavam focadas em um tipo de combate mais ágil, apoiado por tecnologias avançadas e táticas de coordenação flexível. Com o objetivo de preparar a FEB para o teatro de operações europeu, o Brasil passou a receber treinamentos especializados e novos equipamentos de artilharia dos EUA, incluindo obuseiros, instrumentos de direção e observação de tiro e sistemas de comunicação modernos. Essa parceria exigiu uma rápida adaptação dos oficiais e soldados brasileiros aos novos equipamentos e à lógica operacional norte-americana, baseada na centralização da artilharia.

Estruturando a FEB nos moldes de uma divisão de infantaria norte-americana, o Boletim Reservado do Exército nº 16, de 13 de agosto de 1943, transcreveu a Portaria Ministerial nº 47-44, de 9 de agosto de 1943, que determinou a criação e organização da Força, similar a uma divisão de infantaria americana (Artilharia Divisionária da 1<sup>a</sup> D.I.E, 1945). Desta forma, a Artilharia Expedicionária foi constituída pelos seguintes elementos:

- Comando;
- Estado-maior;
- Bateria de Comando;
- Destacamento de Saúde;
- I/1º Regimento de Obuses Auto-rebocado (ROAuR);
- II/1º ROAuR;
- I/2º ROAuR; e
- I/1º Regimento de Artilharia Pesada Curta (RAPC);
- Esquadrilha de Ligação e Observação.

Englobando unidades já existentes e outras novas, criadas segundo a demanda da guerra, a nova organização e a adoção de um modelo inspirado na divisão de infantaria americana obrigaram a artilharia brasileira a abandonar o calibre 75 mm e adotar obuseiros com calibres 105mm e 155mm, fornecidos pelos EUA, mais adequados ao conflito mundial (Gomes, 2013).

Diferentemente da infantaria, que recebeu seu armamento somente na Itália, as unidades de artilharia receberam os obuseiros 105 mm ainda no Brasil, o que possibilitou um adestramento adequado para o combate. Acerca da instrução desenvolvida, o relatório da Artilharia Divisionária (AD) destaca que:

Até o fim de dezembro [de 1943] a instrução correu por conta dos próprios Grupos que receberam como única diretiva a de se adaptarem aos processos americanos e intensificarem uma instrução de motoristas que deveriam iniciar imediatamente.

Enquanto isto os oficiais do Estado Maior tratavam de traduzir o que haviam trazido dos Estados Unidos e redigiram durante o mês de Dezembro: uma nota a “Régua de Tiro”, uma nota sobre a “Central de Tiro”, uma nota sobre os “Processos de Tiro Americano”, uma nota sobre o “Observador Avançado” e finalmente uma última sobre a “Organização das Unidades” tipo americano onde particularmente se explicava a função dos oficiais e praças não previstos na organização brasileira (Artilharia Divisionária da 1<sup>a</sup> D.I.E, 1945).

Finalizado o adestramento das unidades de artilharia, em maio de 1944 a Artilharia Divisionária da FEB realizou um grande e importante exercício no Campo de Instrução de Gericinó, com a presença do presidente Getúlio Vargas e que assinalou o adequado preparo da artilharia brasileira que iria partir para combater na Itália.

A transição para o modelo norte-americano demandou uma série de adaptações nos materiais, táticas e treinamentos. A FEB foi equipada com armas de artilharia dos EUA, incluindo os obuseiros M-2 e M-2 A1, de 105 mm, e os M-1 de 155 mm, que eram plenamente adequados ao combate de movimento. Além dos novos armamentos, a FEB adotou sistemas de tiro mais sofisticados, que incluíam a observação e a correção dos fogos com o uso de cálculos balísticos mais precisos e instrumentos como telêmetros, goniômetros, binóculos e outros. Tais inovações permitiram uma atuação mais rápida e precisa no apoio às tropas em combate, especialmente em terrenos acidentados, como os enfrentados na campanha da Itália.

Os treinamentos realizados tanto no Brasil quanto nos campos de instrução nos EUA, focaram no desenvolvimento das habilidades técnicas e na integração da artilharia com as operações da infantaria e da aviação. Artilheiros brasileiros foram treinados para realizar cálculos rápidos de trajetória e ajustagem de tiro sob pressão, habilidades essenciais para a efetividade das operações no *front* europeu. Essas mudanças táticas e operacionais refletiram a capacidade de adaptação da FEB às exigências da guerra moderna e revelaram a importância de uma doutrina de artilharia mais flexível e sincronizada com o conjunto das forças de combate.

A transição doutrinária do modelo francês para o norte-americano representa uma mudança paradigmática na artilharia brasileira. A doutrina francesa, que havia predominado até o final da década de 1930, enfatizava uma artilharia de linha focada nas baterias, com uma cadeia de comando rígida e controle rigoroso das operações.

Este modelo era eficaz no cenário da guerra de trincheiras, característico da Grande Guerra (1914-1918), mas mostrou-se inadequado para a natureza dinâmica dos combates da Segunda Guerra Mundial. Em contraste, a doutrina norte-americana incentivava a mobilidade, a centralização da artilharia e a coordenação interarmas, permitindo que unidades de artilharia atuassem em proveito do conjunto das operações, ou se deslocassem rapidamente para fornecer apoio direto e imediato às unidades em campanha. Essa flexibilidade operativa proporcionou uma resposta mais eficiente e ágil, permitindo que a FEB realizasse ataques coordenados com precisão e rapidez.

Assim, a transição para o modelo norte-americano permitiu às tropas brasileiras enfrentarem os desafios da campanha da Itália com uma abordagem mais adequada, que valorizava a eficiência e a integração, fatores essenciais para o sucesso das operações aliadas.

## 5. A ARTILHARIA DA FEB NA ITÁLIA

No teatro de operações, a artilharia da FEB desempenhou um papel crucial no apoio às unidades de combate, adaptando-se e empregando as novas doutrinas e técnicas aprendidas durante o treinamento com os norte-americanos, e foi empregada de maneira estratégica em várias frentes de combate, sendo fundamental para a superioridade de fogo nas batalhas.

Na campanha da Itália, por iniciativa do General Mascarenhas de Moraes (Moraes, 1956), as unidades de artilharia passaram a denominar-se Grupos de Obuses (GO):

- I/1º ROAR 105mm – I GO
- II/1º ROAR 105mm – II GO
- I/2º ROAR 105mm – III GO
- I/1º RAPC 155mm – IV GO

As técnicas empregadas incluíram o uso de fogos de barragem, destinados a neutralizar posições inimigas, como campos de minas, *bunkers* e trincheiras. A artilharia da FEB utilizou essa tática tanto para a destruição de alvos fortificados quanto para interrupção das linhas de suprimento inimigas.

Em estreita coordenação com a infantaria brasileira, a Artilharia Divisionária forneceu apoio cerrado em combate, particularmente nas operações de ataque coordenado, utilizando fogos de cobertura para permitir o avanço das tropas de terreno.

Ainda, a artilharia brasileira trabalhou de forma integrada com as artilharias norte-americana e britânica, especialmente com a Artilharia do IV Corpo de Exército, cumprindo missões de tiro coordenadas e compartilhando informações de inteligência e busca de alvos, ajustando as táticas conforme as necessidades do combate.

No entanto, o terreno montanhoso e as condições climáticas adversas dificultaram as operações da artilharia. A necessidade de mover os obuseiros e munições por áreas íngremes, muitas vezes com estradas precárias, exigiu enorme esforço logístico. As condições climáticas - como chuvas intensas e inverno rigoroso - também afetaram as condições de disparo, a observação e a precisão dos fogos. No entanto, as unidades de artilharia da FEB conseguiram superar esses obstáculos por meio de uma adaptação rápida ao ambiente de combate.

Além dos desafios logísticos, a artilharia enfrentou a ameaça constante de ataques de artilharia e bombardeios inimigos, exigindo rápidas manobras e constantes mudanças de posição para evitar a detecção e destruição pelas forças alemãs. A experiência prática acumulada durante a campanha aprimorou a habilidade dos

artilheiros em realizar fogos de longo alcance contra a artilharia alemã e responder rapidamente a ataques-surpresa do inimigo, realizando a contrabateria<sup>40</sup>. Esses desafios evidenciaram a importância da flexibilidade e da prontidão das unidades de artilharia da FEB, cujas operações eram frequentemente replanejadas para responder de forma eficaz às condições de combate.

Durante a campanha da Itália, o uso do material bélico fornecido pelos EUA teve impacto significativo na eficácia da artilharia brasileira. Além dos obuseiros, outros equipamentos fornecidos recebidos pela AD desempenharam papel crucial na melhoria da precisão e eficiência das operações de artilharia. Os sistemas de comunicação e observação, como binóculos de longo alcance, rádios portáteis e tabelas balísticas de tiro foram essenciais para aprimorar o processo de cálculo e correção de tiros. Dessa forma, a utilização desses dispositivos possibilitou uma resposta mais rápida e coordenada em situações de combate intenso e em terrenos de difícil acesso.

O desempenho da artilharia da FEB na campanha da Itália foi amplamente positivo, especialmente considerando as mudanças doutrinárias implementadas no curto período de preparação anterior ao combate. O emprego dos princípios operacionais norte-americanos, centrados em uma artilharia móvel e em coordenação interarmas, demonstrou-se fundamental para o sucesso das operações. As forças brasileiras desempenharam missões de bombardeio de precisão, supressão de posições inimigas e apoio direto à infantaria com eficácia, adaptando-se ao terreno montanhoso e às condições adversas que caracterizavam o cenário italiano.

Relatórios e análises pós-ação apontam que a artilharia da FEB foi capaz de cumprir com eficiência suas missões de apoio, oferecendo uma resposta rápida e precisa aos comandos no campo de batalha. A estrutura sistêmica permitiu que os artilheiros reagissem de forma autônoma às ameaças emergentes, enquanto o emprego de observadores avançados melhorou a coordenação e a precisão dos disparos.

---

40 De acordo com o Glossário das Forças Armadas (Brasil, 2015, p. 73), a atividade de contrabateria “visa localizar, identificar e neutralizar os meios de apoio de fogo inimigo por meio de fogos desencadeados sobre as posições de artilharia de tubo, de mísseis e de morteiros inimigos”. Na FEB, a contrabateria era, normalmente, realizada pelo IV Grupo 155 mm, em coordenação com a Artilharia do IV Corpo.

Sendo assim, o desempenho da artilharia foi um dos fatores decisivos nas vitórias brasileiras em batalhas-chave, como a tomada de Monte Castello e Montese, onde a utilização efetiva de concentrações e barragens de artilharia abriu caminho para a vitória das tropas de infantaria. Em uma apreciação ao final da campanha, o General Willis Crittemberger, comandante do IV Corpo, ao qual a FEB estava subordinada, avaliou positivamente a contribuição da artilharia brasileira para a vitória:

O fogo de vossa artilharia, sempre contínuo e agressivo contra as colunas inimigas que tentavam desembocar no Vale do Pó, atirou-as para trás, em confusão e com pesadas perdas (Artilharia Divisionária da 1<sup>a</sup> D.I.E, 1945, p. 616).

## 6. LEGADO E INFLUÊNCIA NA DOUTRINA DE ARTILHARIA BRASILEIRA PÓS-1945

Após o retorno da FEB ao Brasil, as práticas operacionais norte-americanas, experimentadas e aprimoradas na campanha da Itália passaram a ser integradas de forma sistemática à doutrina de artilharia do EB. A experiência vivida pelos artilheiros expedicionários comprovou a eficácia de uma doutrina baseada em mobilidade e integração com as armas apoiadas, o que contrastava com o modelo francês anteriormente adotado. Essa nova doutrina valorizava a centralização tática e a capacidade de realizar fogos céleres e precisos, características que se mostraram essenciais para operações em diferentes cenários de combate.

A consolidação das práticas norte-americanas foi formalizada na reestruturação dos manuais militares e no treinamento das unidades de artilharia de forma sistêmica, que passaram a enfatizar o uso de cálculos balísticos, observação avançada e comunicações mais eficientes. A incorporação dessa doutrina criou uma geração de artilheiros altamente capacitada tecnicamente e pronta para atuar em condições adversas. Esse processo marcou o início de uma modernização mais ampla, que preparou o EB para o enfrentamento dos novos desafios da Guerra Fria e para atuar em missões de paz, consolidando um modelo doutrinário flexível e eficaz para a artilharia.

A experiência da FEB também impulsionou a reformulação dos estabelecimentos de ensino do EB, especialmente aqueles dedicados aos cursos de artilharia. O período pós-guerra foi marcado pela adoção de novos currículos de

formação, nos quais as táticas e tecnologias adotadas pela FEB foram estudadas e incorporadas ao ensino militar (Motta, 2001). Os currículos passaram a incluir instruções em técnicas de observação, coordenação interarmas e comunicações em tempo real, elementos fundamentais para a precisão e a rapidez das operações de artilharia. Essa reestruturação possibilitou a formação de quadros técnicos mais especializados e versáteis, essenciais para a atuação em cenários variados e complexos.

Além das adaptações no conteúdo, as escolas militares que possuíam cursos de artilharia – particularmente a Escola Militar de Resende, a Escola de Sargentos e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – incorporaram novas metodologias de instrução, baseadas em exercícios simulados de combate e avaliações de desempenho prático. Essa nova abordagem fomentou uma profissionalização da artilharia, com ênfase no domínio da técnica de tiro e da capacidade de tomar decisões em um quadro de combate de armas combinadas. A influência da doutrina norte-americana, adaptada ao contexto brasileiro, consolidou um modelo de treinamento que enfatizava a flexibilidade e a eficiência, atributos que permaneceriam centrais à doutrina de artilharia brasileira nas décadas seguintes.

O legado da FEB também influenciou o desenvolvimento e a modernização dos equipamentos de artilharia do EB. Com base na experiência acumulada na campanha da Itália, o Brasil identificou a importância de manter uma artilharia equipada com tecnologia capaz de realizar tiros de precisão e responder rapidamente a diferentes cenários de combate. Isso impulsionou um processo de modernização que envolveu tanto a aquisição de novos materiais, quanto à adaptação dos equipamentos existentes às práticas operacionais e táticas adotadas.

Uma série de inovações tecnológicas e táticas emergiu da Segunda Guerra Mundial, incluindo o desenvolvimento de tiro vertical, o uso das espoletas de tempo e de proximidade (EVT), granadas fumígenas, observação aérea, bem como novos instrumentos topográficos e avançados sistemas de comunicação. Com a entrada do Brasil no conflito ao lado dos EUA, nossa artilharia acompanhou a evolução da arte militar e do pensamento estratégico, desempenhando um papel fundamental na atualização e adaptação das doutrinas de emprego.

Os avanços nos processos de levantamento topográfico, na observação aérea e nas técnicas de tiro possibilitaram uma atuação eficiente e ágil da artilharia

em todas as frentes de combate. Esses progressos permitiram ajustes rápidos nos planos de tiro, viabilizando ataques a uma ampla gama de alvos, muitas vezes distantes e de difícil acesso. Além disso, a introdução dos oficiais de ligação, observadores aéreos e observadores avançados aprimorou a precisão dos fogos imediatos, como os de contrabateria e de apoio ao aprofundamento das linhas, contribuindo para a segurança das unidades de artilharia e reduzindo a ocorrência de erros como o fraticídio, tão recorrente durante a Primeira Guerra Mundial.

A estrutura organizacional adotada pelos grupos de artilharia da FEB, inspirada na doutrina norte-americana, foi incorporada à maioria das unidades de artilharia do EB no pós-guerra. Muitas dessas unidades passaram a contar com três baterias de obuses, com a adição de duas peças de artilharia em cada subunidade. Os grupos que não receberam novos obuses 105mm ou 155mm tiveram as rodas do antigo material de tração animal substituídas por aquelas dotadas de pneumáticos, tornando-se auto-rebocados.

## 7. CONCLUSÃO

A modificação na doutrina que a artilharia brasileira experimentou durante e após a Segunda Guerra Mundial, especialmente no contexto da atuação da FEB, na campanha da Itália, representou uma mudança profunda e duradoura. A adaptação dos métodos norte-americanos e a ruptura com a antiga doutrina francesa impulsionaram uma modernização da Força Terrestre, reorientando práticas de combate e reorganizando o sistema de artilharia nacional. Esse processo foi crucial não apenas para o desempenho da FEB no campo de batalha, mas também para o estabelecimento de novas diretrizes de treinamento, comando e emprego, que redefiniram o papel da artilharia no seio do EB.

O legado da FEB mostrou-se evidente na formação de uma geração de artilheiros com maior capacidade técnica e autonomia de ação, capazes de operar em ambientes de combate complexos e de responder a situações adversas com flexibilidade e precisão. A experiência acumulada no território italiano também se traduziu em uma reformulação dos currículos e métodos de ensino das escolas militares brasileiras, que passaram a enfatizar uma preparação mais completa e adaptável aos conflitos modernos.

A transição doutrinária da artilharia brasileira, iniciada com a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, não apenas reformulou práticas e estruturas operacionais, mas também projetou um legado cultural e simbólico para as futuras gerações. Esse legado reforça o compromisso do Brasil com uma arma de artilharia preparada, flexível e tecnicamente avançada, capaz de responder aos desafios de um cenário global cada vez mais complexo e demandante.

A artilharia da FEB foi um pilar essencial nas operações militares no *front* italiano, a qual desempenhou papel crucial no apoio à infantaria e nas ofensivas finais contra as forças do Eixo. Através de sua adaptação às difíceis condições do terreno e ao emprego eficaz de técnicas como as barragens de fogo, as unidades de artilharia brasileiras contribuíram decisivamente para o sucesso das campanhas, merecendo reconhecimento tanto no Brasil quanto no exterior.

O legado da FEB e, em particular, de sua artilharia, reflete o valor da colaboração internacional, da adaptação às adversidades e do treinamento técnico, que continuam a ser característicos do EB e essenciais para o sucesso nas operações militares até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

**ARTILHARIA DIVISIONÁRIA DA 1<sup>a</sup> D.I.E. Relatório da A.D.1/E da Campanha da Itália.** Rio de Janeiro: A.D.1, 1945.

BELLINTANI, Adriana Iopp. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa:** instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940) Tese (Doutorado em História Social). Universidade de Brasília. Brasília. 2009.

BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório Secreto**, v. I, 1943-1945. Rio de Janeiro: AHEX, 2018.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Grupo de Artilharia de Campanha** (EB70- MC-10.360). 5<sup>a</sup> ed. Brasília: COTER, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01)**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

CHALLEAT, Jean. **Histoire technique de l'artillerie en France pendant un siècle (1816–1919)**. Paris: Imprimerie Nationale, 1935.

DARÓZ, Carlos. Bombardeando a cota 977: a artilharia brasileira em Monte Castello. In: DARÓZ, Carlos (org.). **Atuação da Engenharia e o apoio de fogo à FEB na campanha da Itália**. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2024.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016.

DE MORAES, João Baptista Mascarenhas. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Instituto Progresso Editorial, 1947.

DE MORAES, João Baptista Mascarenhas. **Memórias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio Editora, 1969.

FERRAZ, Francisco César. **Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2022.

**FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA. Relatório Secreto 1943-1945**, 3v. Rio de Janeiro: FEB, 1945.

GOMES, Paulo Chagas. **A Artilharia da FEB**: o processo de transformação das táticas e doutrinas. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2013.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

MATTOS, Carlos de Meira. **A arte militar e a formação do Exército Brasileiro**: o papel da Missão Francesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Artilharia Brasileira**: da Independência à Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1971.

MATTOS, João Baptista. Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 44-62, 1968.

MISSÃO MILITAR FRANCESA. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 202, p. 202-204, dez. 1930.

MOTTA, Jeovah. **Formação do Oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

RIBEIRO, Carlos. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa (1919-1939)**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2000.

SILVA, Carlos Alberto de Souza. **A História da Missão Militar Francesa no Brasil**: a formação do Exército Brasileiro no século XX. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
BRASIL  
ANOS

Antônio Álvares da Silva  
(Frei Orlando)

HERÓIS SEMPRE  
LEMBRADOS

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

FEED

# O 1º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB) NA II GUERRA MUNDIAL

Cel ROGÉRIO ARRIAGA MUXFELDT<sup>41</sup>

“A Cavalaria tem suas características básicas de emprego definidas pela conjugação harmônica das peculiaridades dos seus meios. São características básicas da Cavalaria: mobilidade; potência de fogo; proteção blindada; ação de choque; e sistema de comunicações amplo e flexível” (EB70-MC-10.222. p. 1-2).

A intenção deste artigo não é apresentar a II Guerra Mundial com suas causas, consequências, fatos e razões que levaram o Brasil a ingressar nesse grande conflito armado do século XX. Existem inúmeras e excelentes obras que tratam de forma brilhante essa página da história. Apenas serão descritos alguns fatos diretamente relacionados ao 1º Esquadrão de Reconhecimento (1º Esqd Rec), única tropa de cavalaria da FEB.



**Figura 1:** o 1º Esquadrão de Reconhecimento da FEB em Montese

**Fonte:** arquivo de fotos do CCOMSE

---

41 O autor é Coronel da Arma de Cavalaria da turma de 1995, da AMAN. Atualmente desempenha a função de Chefe da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

## 1. PRIMÓRDIOS DA MOTOMECANIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA A GUERRA

No início do século XX o Exército Brasileiro (EB) decidiu atualizar a sua doutrina, buscando os conhecimentos de quem esteve em combate, como protagonista, na “Grande Guerra” (1914-1918), contratando com a França a vinda de uma missão militar.

Influenciados, então, pela Missão Militar Francesa (MMF), pode-se dizer que os primórdios da criação do 1º Esquadrão de Reconhecimento da I Divisão de Infantaria Expedicionária, deve-se muito ao Capitão de Cavalaria José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque que, em 1918, durante a I Guerra Mundial, teve a oportunidade de realizar um estágio com o Exército Francês, empregando e trazendo ao Brasil os carros *Renault FT-17*. Na sequência, o Capitão José Pessoa comandou a recém-criada “Companhia de Carros de Assalto”, na Vila Militar do Rio de Janeiro, de 1921 a 1923, sendo a primeira unidade do Exército Brasileiro (EB) que recebeu carros de combate, no caso, doze veículos franceses modelo *Renault FT-17*.



**Figura 2:** FT-17 Renault.

**Fonte:** Centro de Instrução de Blindados General Walter Pires, do Exército Brasileiro.

Conforme descrito no artigo “Os canhões da Cavalaria Mecanizada”, de 15 de setembro de 2022, do Centro de Instrução de Blindados (CI Bld) Gen Walter Pires, a criação dessa Companhia de Carros de Assalto, em 1921, marcou a gênese da tropa blindada brasileira. A adoção dos *Renault FT-17*, especialmente os seis carros da versão com torre Berliet e canhão Puteaux 37mm, inseriu no Exército Brasileiro o conceito de canhões embarcados. Nesses primórdios, também deve-se destacar o Capitão de Cavalaria Carlos Flores de Paiva Chaves, que

em 1935 realizou um curso de dois anos na Escola de Cavalaria de Saumur, do Exército Francês.

Ainda no texto obtido no artigo citado acima, do CI Bld, em 1938, fruto das experiências em conflitos na Etiópia (África) e na Guerra Civil Espanhola, o Exército Brasileiro adquiriu viaturas italianas Fiat Ansaldo CV-3, de grande sucesso nessas contendas, para o recém-criado “Esquadrão de Autometralhadoras”. Essa viatura não era dotada de canhão, mas de metralhadoras Breda de 13,2mm ou Madsen de 7mm.



**Figura 3:** Fiat Ansaldo CV-3 com metralhadoras Breda de 13,2mm

**Fonte:** Exército Brasileiro



**Figura 4:** comparação física do FT 17 Renault e FIAT Ansaldo CV-3

**Fonte:** Obra “O 1º Esqd Rec na II GM”. Ed 1. MMXX. Gen Ex Tibau

Ainda nos primórdios dos blindados no Brasil, o então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra criou, em 1938, o Centro de Instrução de Motorização e Mecanização (CIMM), na Vila Militar do Rio de Janeiro, ten-

do como seu primeiro comandante o Major de Cavalaria Durval de Magalhães Coelho. Este Centro estava composto por carros italianos Fiat Ansaldo CV-35 e franceses FT 17 *Renault*. O CIMM acabou se transformando em “Escola de Motomecanização” e, posteriormente, na “Escola de Material Bélico”.

Com o início da II Guerra Mundial, em 1939, da resolução do Brasil em declarar guerra ao Eixo, em 1941, e da decisão de enviar tropas para combater na Europa, surgiu a necessidade de um novo alinhamento doutrinário, buscado às pressas para criar e preparar a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

O acordo *Lend-lease*<sup>42</sup>, assinado entre o Brasil e os EUA, acelerou esse processo. Esse acordou permitiu ao Brasil receber diversas viaturas motomecanizadas e blindados, como: carros M3 Lee, M3A1 Stuart, M4 Sherman, M3 Half-track de meia lagarta, carros blindados T17 *Deerhound*, *Scout Car* e carros sobre rodas M8 *Greyhound*, todos em substituição aos Ansaldo e FT 17. Estes novos meios dos EUA foram destinados para algumas organizações militares de cavalaria mecanizada/motorizada, recém-criadas, e alguns para preparar e mobiliar o 1º Esquadrão de Reconhecimento (1º Esqd Rec) da FEB<sup>43</sup>.



#### Algunas características:

- Torre giratória armada com um canhão de 37mm e uma metralhadora .30
- Uma metralhadora .30 coaxial na parte frontal do casco.
- Dois motores Hércules JXD (110HP cada), a gasolina, situados na parte traseira do veículo com quatro velocidades.
- 14 toneladas.
- 284 litros de combustível.
- Velocidade máxima de 60 km/h.

**Figura 5:** carros Blindado sobre Rodas T-17 Deerhound

**Fonte:** CI Bld Gen Walter Pires.

Assim, o 1º Esquadrão de Reconhecimento foi dotado de viaturas dos EUA, como a viatura blindada sobre rodas M8 *Greyhound*, dotadas de um canhão de 37mm.

42 Programa de venda, empréstimo e arrendamento de material bélico dos EUA.

43 Obra “O 1º Esquadrão de Reconhecimento na II Guerra Mundial”. Ed 1. MMXX. Autor: Gen Ex Tibau. p. 28.



**Algumas características:**

- Torre giratória armada com um canhão de 37mm e duas metralhadoras de .30.
- 7,8 Toneladas.
- 565Km de autonomia.
- Velocidade máxima de 90 km/h.
- Quatro militares na guarnição.
- Blindagem entre 0,8 e 1,5 cm de espessura.
- Empregado em missões de reconhecimento.

**Figura 6:** viatura blindada sobre rodas M-8 Greyhound, principal blindado utilizado pelo 1º Esqd Rec na Itália

**Fonte:** 2ª DE.

O pessoal, armamento e material que serviram de “embrião” para a criação do 1º Esqd Rec/FEB foram oriundos de uma subunidade do 2º Regimento de Autometralhadoras de Cavalaria, criado em 1943 na guarnição do Rio de Janeiro (sendo em seguida, denominado “2º Regimento Motomecanizado”). Posteriormente, em 1944, essa unidade foi deslocada para as instalações do “Quartel da Serraria”, em Porto Alegre-RS, onde terminou por ter a sua designação alterada para 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado e, em 1989, mudou-se em definitivo para a cidade de Jaguarão-RS, onde permanece até hoje.

Em janeiro de 1944, no contexto da formação da 1ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira (FEB), os militares do “3º Esquadrão de Reconhecimento e Descoberta” do 2º Regimento Motomecanizado passaram a integrar o então, recém-criado, “1º Esquadrão de Reconhecimento”, tropa de Cavalaria que combateu na Itália. (DA COSTA, 2020)

O Capitão de Cavalaria Flávio Franco Ferreira, da turma de 1927 da Escola Militar do Realengo, foi o primeiro comandante nomeado para o 1º Esquadrão de Reconhecimento da FEB, desde janeiro de 1944. Conduziu a preparação e o treinamento do Esquadrão, em 1944, com viaturas M8 Greyhound e M3 half-track, já na nova doutrina americana e supervisionado por militares dos EUA. Permaneceu no comando do esquadrão até janeiro de 1945, quando teve de passar o Comando ao seu Subcomandante, por motivo de saúde devido a problemas em combate. Assume, então, o Capitão de Cavalaria Plínio Pitaluga, oriundo

da Escola Militar do Realengo (turma de 1934), permanecendo no comando do Esquadrão até 1947<sup>44</sup>.



**Figura 7:** viatura M3 half-track

**Fonte:** CI Bld Gen Walter Pires.

## 2. ORGANIZAÇÃO DO 1º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO.

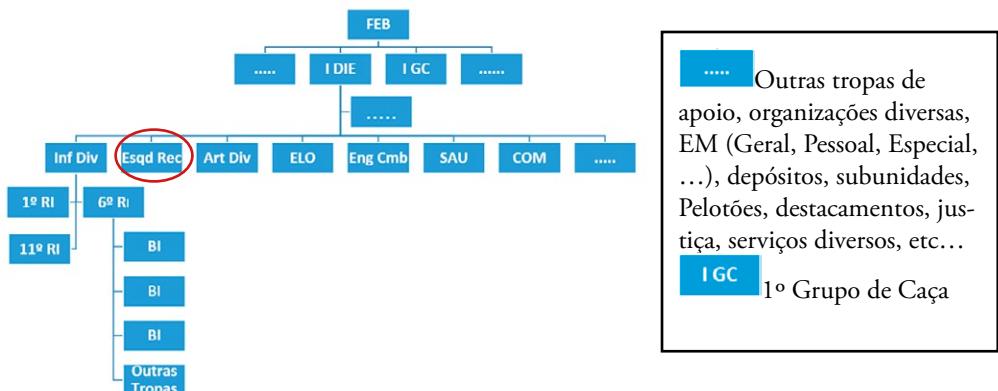
A Força Expedicionária Brasileira foi criada em novembro de 1943. Basicamente, tinha a seguinte estrutura relacionada diretamente com a Força Terrestre, conforme apresentado na tabela e no fluxograma simplificado, a seguir:

1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (I DIE)		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Uma Infantaria Divisionária (Inf Div), com três Regimentos de Infantaria (RI). Cada RI era composto por:           <ul style="list-style-type: none"> <li>Três Batalhões de Infantaria (BI);</li> <li>Demais tropas (apoio ao combate e apoio logístico).</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um Esquadrão de Reconhecimento (Esqd Rec).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uma Artilharia Divisionária (AD), composta por um Regimento de Obuses a quatro Grupos de Obuses (entre 105 e 155 mm).</li> <li>Uma Esquadrilha de Ligação e Observação (ELO).</li> <li>Um Batalhão de Engenharia de Combate (Eng Cmb).</li> <li>Um Batalhão de Saúde (SAU).</li> <li>Uma Companhia de Transmissões (COM).</li> </ul>

**Tabela 1:** Principais tropas da FEB.

**Fonte:** o autor

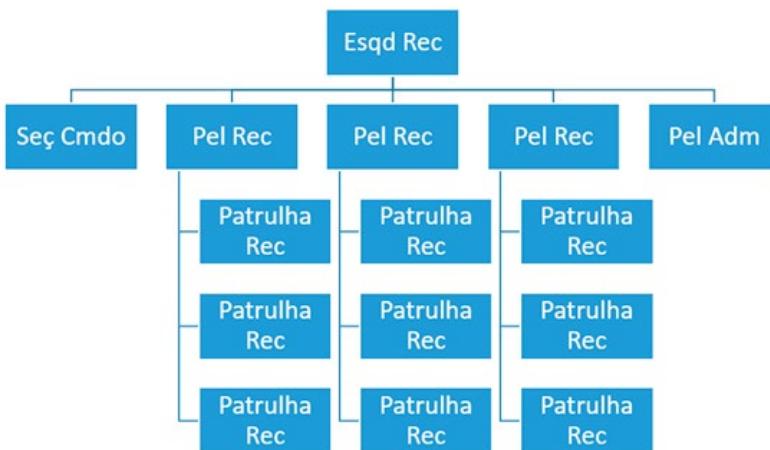
<sup>44</sup> Obra “O 1º Esquadrão de Reconhecimento na II Guerra Mundial”. Ed 1. MMXX. Autor: Gen Ex Tibau. p. 30.



**Fluxograma 1:** o “posicionamento” do 1º Esqd Rec com relação ao Comando da FEB e demais tropas

**Fonte:** o autor

O grande efetivo da I DIE estava composto por reservistas e pessoal mobilizado, e devido às grandes precariedades que vivia o Brasil rural nessa época, com considerável índice de analfabetismo, saúde deficiente da população e baixo nível de instrução (escolaridade), só foi possível constituir uma única Divisão de Infantaria (o plano inicial era de mobilizar até três divisões). Assim, efetivo do 1º Esquadrão de Reconhecimento era de 158 militares e composto por três pelotões de reconhecimento (Pel Rec) a três patrulhas cada<sup>45</sup>.



**Fluxograma 2:** composição do 1º Esqd Rec

**Fonte:** o autor

45 Obra “O 1º Esquadrão de Reconhecimento na II Guerra Mundial”. Ed 1. MMXX. Autor: Gen Ex Tibau. p. 96, 97 e 98.

Cada patrulha do Pel Rec possuía três viaturas<sup>46</sup>:



**M8 Cmt Patru**

**Jeep Mtr .30**

**Jeep Mrt 60mm**

**Figura 8:** composição de uma patrulha do Pel Rec

**Fonte:** Obra “O 1º Esquadrão de Reconhecimento na II Guerra Mundial”. Ed 1. MMXX. Gen Ex Tibau

Como Material de Emprego Militar (MEM), possuía<sup>47</sup>:

Viaturas	Armamentos	Comunicações	Outros
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jipes ¼ toneladas;</li> <li>• Caminhões 2 ½ toneladas;</li> <li>• Carros blindados sobre rodas M8 Greyhound;</li> <li>• Viaturas meia lagarta M3 half-track; e</li> <li>• Reboques.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carabinas, fuzis e metralhadoras .30;</li> <li>• Pistolas .45;</li> <li>• Metralhadoras .50;</li> <li>• Mrt 60 mm;</li> <li>• Submetralhadoras .45;</li> <li>• Canhões 37 mm;</li> <li>• Lança-granadas; e</li> <li>• Lança-rojões 2.36.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conjuntos rádio e de criptografia; e</li> <li>• Telefones de campanha.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Detectores de minas;</li> <li>• Máscaras contra gases; e</li> <li>• ...</li> </ul>

**Tabela 2:** resumo do MEM do 1º Esqd Rec

**Fonte:** o autor

46 Obra “O 1º Esquadrão de Reconhecimento na II Guerra Mundial”. Ed 1. MMXX. Autor: Gen Ex Tibau. p. 38.

47 Obra “O 1º Esquadrão de Reconhecimento na II Guerra Mundial”. Ed 1. MMXX. Autor: Gen Ex Tibau. p. 38.

### 3. A ATUAÇÃO DO 1º ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO NA ITÁLIA (15 SET A 24 NOV 1944).

Uma operação de reconhecimento possui como características:

- **planejamento centralizado e execução descentralizada;**
- atuação rápida e agressiva, evitando a interrupção do movimento;
- segurança compatível durante o movimento;
- ênfase na utilização da rede viária mais adequada;
- **máxima iniciativa dos comandos subordinados;**
- máximo emprego dos elementos de informações;
- rápida transmissão dos informes obtidos ao escalão superior; e
- carência de informações sobre o inimigo.

(EB70-MC-10.222. p. 4-5)

Cabe ressaltar, inicialmente, que o 1º Esqd Rec tinha, obviamente, um efetivo muito reduzido considerando a magnitude de aproximadamente 25.000 militares da FEB. Logo, suas ações estavam sempre em reconhecer eixos e pequenas localidades, garantir a segurança de algum flanco e reforçar subunidades/unidades de infantaria nas suas missões.

O 1º Esqd Rec embarcou em julho de 1944 para a Itália, junto com o 1º escalão da FEB, mas somente com um Pel Rec (o 2º/1º Esqd Rec). Uma vez em solo italiano, teve como destino final a cidade de TARQUÍNIA. Recebeu o MEM e intensificou seu treinamento, principalmente do emprego tático da arma (táticas, técnicas e procedimentos de reconhecimento e segurança), conduta moto (motoristas) e tiro com o armamento individual e coletivo, monitorado por instrutores do Exército dos EUA. Também recebeu uniformes para o frio. Em 15 de setembro, o 2º Pel Rec já se encontrava em VECCHIANO (ao norte e bem próximo da cidade de PISA), ocupando uma zona de reunião, prestes a entrar em combate.

No dia 15 de setembro de 1944, na cidade de VECCHIANO, o 2º Pel Rec do 1º Esqd Rec/FEB - que se encontrava em solo italiano desde julho daquele mesmo ano - recebeu a sua primeira missão de combate. Junto com elementos do 6º RI e dividido em duas patrulhas, cada uma comandada por um oficial, iniciou os reconhecimentos. Uma patrulha seguiu pelo eixo QUIESA (CHIESA)– MASSAROSA (ao norte de Vecchiano), e a outra pelo eixo SAN MACARIO IN PIANO–SAN MACARIO MONTE (a noroeste da cidade de LUCA). As duas

patrulhas foram hostilizadas por disparos de morteiros inimigos durante todo o movimento<sup>48</sup>.



**Figura 9:** atuação do 2º Pel Rec de 15 Set a 06 Nov de 1944

**Fonte:** Obra “O 1º Esqd Rec na II GM”, Ed 1. MMXX. Gen Ex Tibau

No dia 18 de setembro, uma patrulha prosseguiu para CAMAIORE, a fim de reforçar o ataque da infantaria nessa localidade, recebendo intensos fogos inimigos de morteiro e artilharia, e no dia 23 do mesmo mês seguiu para MONTE PRANA<sup>49</sup>.

48 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 3.

49 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 3.

Cabe ressaltar que, no dia 20 de setembro de 1944, embarcou o grosso do Esqd Rec (o 1º Esqd Rec como um todo, menos o 2º Pel Rec que já se encontrava na Itália) no 2º escalão da FEB, desembarcando em 6 de outubro na cidade de NÁPOLIS<sup>50</sup>. O destino para a concentração dos meios foi a cidade de PISA. Esse contingente não teve tempo hábil para a preparação complementar em solo italiano, inclusive, não praticou tiro com os novos morteiros recebidos. Foi acelerado o recebimento do material para que pronto fosse empregado junto ao 2º Pel Rec.

No dia 26 de setembro de 1944, o 2º Pel Rec foi reunido em suas três patrulhas de reconhecimento, em CAMAIORE, onde recebeu a missão de reconhecer a frente de PIETRASANTA, quando refez o contato com o inimigo sob forte resistência de artilharia. Cabe destacar que, devido ao terreno e às condições meteorológicas, por vezes, as patrulhas seguiam a pé<sup>51</sup>.

Em 30 de setembro apoiou o 6º RI na tomada das cidades de BORGO A MOZZANO e FORNOLI, no VALE DO RIO SERCCHIO. A 6 de outubro, meio pelotão do 2º Pel Rec substituiu um pelotão do 6º RI em FORNOLI. No dia 7, essa mesma fração do 2º Pel Rec ocupou COREGLIA, onde permaneceu vigiando um dos flancos do regimento. Já em 12 de outubro, essa fração do 2º Pel Rec retornou a SAN MACARIO IN PIANO. Em 18 de outubro, o pelotão retorna suas patrulhas, a pé, na direção de MONTEFEGATESI. E em 22 de outubro, deslocou-se para BORGO A MOZZANO, onde acantonou<sup>52</sup>.

Em 1º de novembro, realizou a substituição de tropas do 6º RI em COREGLIA. No dia 6, deslocou-se para o VALE DO RIO RENO, onde acantonou na REGIÃO DE BORGO CAPANNE<sup>53</sup>. No dia 10 de novembro, ocupou CAPUGNANO, para manter vigilância em um dos flancos do 6º RI<sup>54</sup>.

---

50 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 4.

51 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 3.

52 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 3.

53 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 4.

54 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 4.

Cabe recordar que, até este momento, todas as ações do 1º Esqd Rec foram executadas somente pelo 2º Pel Rec, já que o grosso do Esqd (1º Pel Rec, 2º Pel Rec, Pel Adm e Sec Cmdo) estava cumprindo a preparação no Brasil, deslocamento marítimo, desembarque na Itália, recebimento de material e deslocamento para zona de reunião no TO.

No dia 15 de novembro, o grosso do Esqd Rec ocupou sua zona de reunião, já em zona de combate, na localidade de GRANAGLIONE e o 2º Pel Rec é reincorporado ao Esqd, porém, permanecendo em CAPUGNANO<sup>55</sup>. Em 16 de novembro, o 1º Esqd Rec, já completo em território italiano, seguiu para o nordeste, para substituir tropas dos EUA em posição. Nessa ação, o 3º Pel Rec ingressa em GAGGIO MONTANO sem encontrar resistência<sup>56</sup>. E no dia 24 de novembro, o 1º Esqd Rec recebeu a missão de garantir a segurança do flanco direito do 3º BI/6º RI e ficar em condições de prosseguir em aproveitamento do êxito, durante o 1º ataque a MONTE CASTELO<sup>57</sup>.

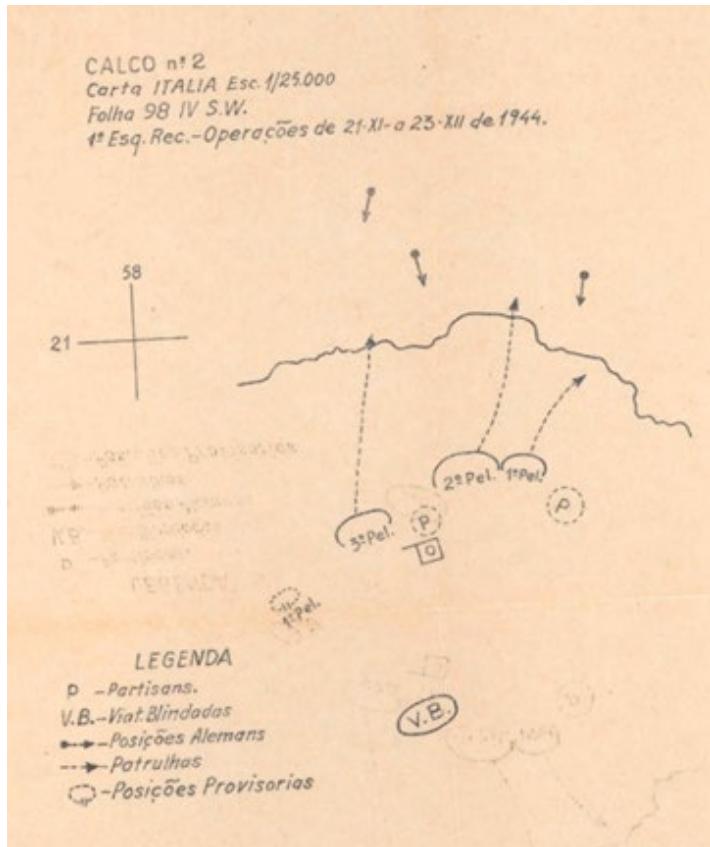
A conquista de MONTE CASTELO arrastou-se por três meses, de 24 de novembro de 1944 a 21 de fevereiro de 1945. Neste período foram efetuados diversos ataques. Quatro dos primeiros ataques não tiveram êxito, por condições meteorológicas adversas (inicialmente chuva, depois neve com temperaturas de -20º), forte resistência do inimigo, terreno acidentado e falta de apoio aéreo nos primeiros ataques. No entanto, em 21 de fevereiro de 1945, MONTE CASTELO é, por fim, dominado.

---

55 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 6.

56 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 7.

57 Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Folha 8.



**Figura 10:** calco de operações do 1º Esqd Rec em apoio ao ataque a Monte Castelo

**Fonte:** Acervo do Arquivo Histórico do Exército

Após a conquista de MONTE CASTELO, seguiram-se as vitórias em CASTELNUOVO (5 de março de 1945) e MONTESE (14 de abril de 1945), por parte da 1ª DIE. Assim, a LINHA GÓTICA, uma das últimas posições defensivas alemã, caiu. Após a vitória em MONTESE, a FEB iniciou o seu aproveitamento do êxito sobre as tropas alemãs já no VALE DO RIO PÓ.

Por fim, as últimas batalhas ocorreram nos dias 26 e 27 de abril de 1945, em COLLECCHIO, e no dia 28 em FORNOVO DI TARO. A FEB envolveu e impediu a tentativa de rompimento do cerco, por parte do inimigo. Após negociação, ocorreu a rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã no dia 29 de abril de 1945. Tropas da FEB ainda chegaram na cidade de TURIM e, em 2 de maio de 1945, fizeram uma junção com as tropas francesas, na fronteira franco-italiana na cidade de SUSA.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército Brasileiro. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do 1º Esquadrão de Reconhecimento, 1947.**

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres (COTER). **A Cavalaria nas Operações (EB70-MC-10.222).** 1ª ed. Brasília, 2018a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Instrução de Blindados. Disponível em: <http://cibld.eb.mil.br/>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. Aditância do Exército Brasileiro na Itália. **A Força Expedicionária Brasileira-FEB.** Disponível em: <https://www.adieitalia.org/index.php/pt/forca-expedicionaria-brasileira-feb>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Instrução de Blindados. **Os Canhões da Cavalaria Mecanizada.** Disponível em: <https://cibld.eb.mil.br/index.php/escotilha/escotilha-156>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. 2ª Divisão de Exército (2ª DE). **M-8 Greyhound: o blindado brasileiro na Segunda Guerra Mundial.** Disponível em: <https://2de.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/331-m-8-greyhound-o-blindado-brasileiro-na-segunda-guerra-mundial>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Disponível em: <https://12rcmec.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em 02 dez. 2024.

DA COSTA, Renato César Tibau. **O 1º Esquadrão de Reconhecimento na II Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2020. 1ª ed. Rio de Janeiro, MMXX.



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
BRASIL  
ANOS

Chefe do 1º Grupo de  
Artilharia Expedicionário  
da FEB - Marechal  
Waldemar LEVY CARDOSO

HERÓIS SEMPRE  
LEMBRADOS

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

---

## INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Caso os diplomados queiram participar de nossa publicação, enviando artigos de opinião, resenhas ou mesmo artigos científicos, estes deverão ser encaminhados por via digital para os nossos endereços eletrônicos. [www.eceme.ensino.eb.br](http://www.eceme.ensino.eb.br) ([padeceme@eceme.eb.mil.br](mailto:padeceme@eceme.eb.mil.br))

Os textos devem ser em “Times New Roman 12” espaço simples com termos estrangeiros em itálico. O tamanho sugerido do artigo deve ser de no máximo 4.000 palavras, podendo ter até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300 dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas e fontes.

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520, respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

Os autores devem informar, se for o caso, local onde servem (nome da OM, cidade, estado e país) e a mais alta titulação.



ISSN 1677-1885



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
ANOS

Capitão Plínio Pitaluga



HEROIS SÉMPRE  
LEMBRADOS

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

FEAB



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
ANOS

Cap. Av. João Affonso  
Fabrício Belloc



HERÓIS SEMPRE  
LEMBRADOS

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Sempre Pronto - Preparado para o Futuro

80  
ANOS

General Eurico  
Gaspar DUTRA  
Ministro da Guerra

HERÓIS SEMPRE  
LEMBRADOS

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA



**Exército Brasileiro**  
Braço Forte - Mão Amiga



ISSN 1677-1885